



ATA NÚMERO 03/2012

1 Aos **onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze**, com início às quatorze horas, na
2 Sala do Conselho Universitário, sito à Praça Sete de Julho, 180, realizou-se sessão extraordinária
3 do Conselho Universitário - CONSUN da Universidade Federal de Pelotas, convocada e
4 presidida pelo Professor **Antonio Cesar Gonçalves Borges**, Magnífico Reitor, com a
5 participação dos seguintes conselheiros: **Manoel Luiz Brenner de Moraes**, Vice-Reitor,
6 **Orlando Antonio Lucca Filho**, Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento; **Cláudio**
7 **Manoel da Cunha Duarte**, Pró-Reitor de Graduação; **Manoel de Souza Maia**, Pró-Reitor de
8 Pesquisa e Pós-Graduação; **Luiz Ernani Gonçalves Ávila**, Pró-Reitor de Administração;
9 **Gilberto de Lima Garcias**, Pró-Reitor de Extensão e Cultura; **João Francisco Nascimento**
10 **Hobuss**, Pró-Reitor de Assuntos Estudantis; **Roberta Rodrigues Trierweiler**, Pró-Reitora de
11 Gestão de Recursos Humanos; **Érico Kunde Corea**, Pró-Reitor de Infraestrutura; **Ledemar**
12 **Carlos Vahl**, Diretor da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel; **Adriane Etges**, no exercício da
13 Direção da Faculdade de Odontologia; **Alexandre Fernandes Gastal**, Diretor da Faculdade de
14 Direito; **Thomaz Lúcia Júnior**, Diretor da Faculdade de Veterinária; **Edar da Silva Añaña**,
15 Diretor da Faculdade de Administração e Turismo; **Jonas da Costa Carvalho**, Diretor da
16 Faculdade de Meteorologia; **Lúcia Maria Vaz Peres**, Diretora da Faculdade de Educação;
17 **Gladis Aver Ribeiro**, Diretora do Instituto de Biologia, **Sidney Gonçalves Vieira**, Diretor do
18 Instituto de Ciências Humanas; **Victor Paulo Barros Gonçalves**, Diretor do Instituto de Física e
19 Matemática; **Lauer Nunes dos Santos**, Diretor do Centro de Artes; **Sérgio Luiz dos Santos**
20 **Nascimento**, Diretor do Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos; **Manoel**
21 **Vascopncelos**, no exercício da Direção do Instituto de Sociologia e Política; **Luciane Prado**
22 **Kantorski**, Diretora da Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia; **Antonio César Silveira**
23 **Baptista da Silva**, Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; **Márcia Rúbia Duarte**
24 **Buchweitz**, Diretora da Faculdade de Nutrição; **Paulo Ricardo Silveira Borges**, Diretor do
25 Centro de Letras e Comunicação; **Carlos Antonio da Costa Tillmann**, Diretor do Centro das
26 Engenharias; **Heloisa Helena Duval Azevedo**, Diretora do Centro de Educação a Distância; **Iná**
27 **da Silva dos Santos**, representante dos Professores Titulares; **Carmen Helena Jacques Lemes**,
28 suplente do representante dos Professores Titulares; **Álvaro Leonardi Ayala Filho**,
29 representante dos Professores Associados; **Wladimir Padilha da Silva**, suplente do
30 representante dos Professores Associados; **Leonardo da Silva Oliveira**, representante dos
31 Professores Adjuntos; **Willian Silva Barros**, representante dos Professores Adjuntos; **Celeste**
32 **dos Santos Pereira**, representante dos Professores Assistentes; **Vanessa Caldeira Leite**,
33 representante dos Professores Assistentes; **Carolina Ziebell Carpena**, representante dos
34 Professores Auxiliares; **Paulo Fernando do Couto Bispo**, representante dos Professores
35 Auxiliares; **Flávio Fernando Demarco**, representante dos Coordenadores de Cursos de Pós-
36 Graduação; **Tiago Veiras Collares**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação;
37 **Elizabeth Helbig** representante do COCEPE; **José Luiz de Pellegrin**, representante do
38 COCEPE; **Eduardo Algayer Osório**, do representante Comunitário; **Frederico**
39 **Schumachtenberg** (suplente), **Mateus Oliveira Consen** (suplente), **Hércules Gonzáles**,
40 **Sérgio Estevão Silva**, e **Suellen de Medeiros Cortes**, representantes discentes; **Ediane Sievers**
41 **Acunha**, **Edimar Gonçalves Ribeiro**, **Gustavo Alves Andrade**, **Mara Lucia Vasconcellos da**
42 **Costa**, **Dani e Silva** (suplente); **Daizi Duarte Sampaio** e **Willi wetzel Jr**, representantes dos
43 Técnicos Administrativos. Não compareceram os conselheiros: **Farid Butros Iunan Nader**,
44 Diretor da Faculdade de Medicina; **José Francisco Gomes Schild**, Diretor da Escola Superior de
45 Educação Física; **Jabr Hussein Deeb Haj Omar**, Diretor do Centro de Integração do
46 MERCOSUL; **Márcia Foster Mesko**, representante dos Coordenadores de Cursos de
47 Graduação; **Odir Antônio Dellagostin**, Diretor do Centro de Desenvolvimento Tecnológico;
48 **Jonas da Costa Carvalho**, Diretor da Faculdade de Meteorologia; **Carlos Mário Almeida dos**

aw



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 03/2012 – FLS. 2 de 31

49 **Santos**, representante Comunitário; **Jairo Fonseca de Azevedo**, representante Comunitário, por
50 estar acompanhando auditoria da CAJE e Tribunal de Contas do Estado, pela liquidação da
51 Companhia Administradora da ZPE do Rio Grande – ZOPERG e **Daniela Lumertz da Luz**,
52 **Sabrina Tams Gasperin** representantes discentes. Constatada a existência de quorum legal, o
53 senhor presidente, Professor Antonio Cesar Borges, iniciou a reunião falando sobre o momento
54 de transição e a passagem da administração para o Professor Mauro Del Pino. Continuou
55 solicitando poder incluir em pauta um novo item, com relação à mobilidade acadêmica, que pode
56 facilitar a vida dos nossos estudantes para intercâmbio internacional e solicitou ainda a
57 possibilidade de inverter a ordem de análise da pauta, no que se refere à discussão da Empresa
58 Brasileira de Serviços Hospitalares, que não seria naquela data sua definição, e deixou bem claro
59 que era apenas uma discussão, em função da presença da pessoa que melhor poderia esclarecer
60 os dados ao Conselho e também à comunidade, e já havia acontecido várias reuniões com vários
61 grupos de servidores vinculados a esta área. Esta pessoa era o Doutor Vicente Aquino, do
62 Hospital Escola e que também estava trabalhando junto ao MEC, com relação a isso. Como
63 teriam em um futuro breve a visita de equipes do Ministério da Educação para tratar desse
64 assunto de extrema relevância, havia pedido e pedia que houvesse uma inversão da pauta para
65 que pudessem colocar este item tão logo o Dr. Vicente chegasse ao Conselho, por motivo de
66 viagem que ele faria a Brasília naquele dia, e todos os recursos que vêm para o nosso HE de uma
67 forma ou de outra estão vinculados a isso. Portanto disse que gostaria de solicitar dos
68 conselheiros a permissão no sentido de que pudessem ouvi-lo. Queria esclarecer que não se
69 tratava de nenhuma votação desse assunto naquele dia, porém acreditava ser fundamental que
70 todos pudessem ouvir seu relato. Com a aprovação dos conselheiros, passou imediatamente ao
71 Item 23 – Adesão da UFPel à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. Declarou que havia
72 recebido uma correspondência do Professor Mauro Del Pino, que leu aos conselheiros: “Senhor
73 Presidente. Considerando a recente organização da lista triplíce para o cargo de Reitor da UFPel;
74 considerando a Ordem do Dia da sessão do Conselho Universitário convocada para este dia onze
75 de outubro; considerando a necessidade de se estabelecer, desde logo, uma transição marcada
76 pelo diálogo entre a atual e a futura administração; considerando, finalmente, a necessidade de se
77 otimizar todos os atos institucionais e, especialmente, aqueles que exigem deliberações dos
78 colegiados superiores da UFPel, tomamos a liberdade de nos dirigirmos ao Senhor Presidente e a
79 todos os ilustres membros do Conselho Universitário para reafirmar que, conforme programa de
80 gestão apresentado na sessão deste Conselho no último dia oito de outubro, temos o
81 compromisso de garantir um amplo debate na comunidade Universitária em torno da
82 reestruturação do Projeto Institucional, do Estatuto e dos regimentos internos da UFPel. Como
83 resultado deste processo de debate, a comunidade universitária discutirá de forma profunda a
84 estrutura organizacional da Universidade e serão adequados os regimentos dos órgãos às
85 responsabilidades que lhes forem atribuídas. Ao reforçar esse compromisso com o Conselho
86 Universitário estamos concitando a todos os seus membros para que considerem a necessidade de
87 uma transição de gestão exemplar, presidida pelo mais elevado espírito público, que respeite os
88 compromissos assumidos publicamente pela próxima gestão, referendados que foram no
89 processo de consulta à comunidade, bem como na eleição realizada na última sessão deste
90 Conselho. Em vista dessas considerações solicitamos, aos senhores e senhoras conselheiros e
91 conselheiras, que o CONSUN postergue a apreciação dos pontos de pauta que se referem a
92 decisões estruturais que serão retomadas tão logo se inicie a próxima gestão, oportunizando o
93 amplo debate que aqui nos referimos. Da mesma forma, esperamos que as decisões relacionadas
94 à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares sejam tomadas somente após um amplo debate
95 com a comunidade universitária, dado o impacto importante dessa decisão da UFPel.
96 Atenciosamente, Prof. Dr. Mauro Augusto Burkert Del Pino.” Fez algumas considerações a
97 respeito, para que os conselheiros ficassem melhor esclarecidos: “A pauta não diz respeito a
98 nenhuma modificação como poderiam alguns imaginar. A reestruturação de projetos institucional
99 do estatuto e regimentos internos da UFPel. Isso não está na pauta. O que está na pauta são itens
100 que dizem respeito AA vida normal rotineira da Universidade, relativo também a itens também já
101 anteriormente discutidos no Conselho e que estão em andamento. Não podemos agora a meu

Peu



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELotas
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 03/2012 – FLS. 3 de 31

102 entendimento paralisar a Universidade para debater, discutir ou fazermos todas as reuniões que
103 são extremamente importantes o compromisso que todos nós assumimos ao eleger o próximo
104 Reitor e a próxima administração, porém, não podemos de modo algum paralisar as Unidades em
105 função disso. Se nós deixarmos de discutir em tempo necessário e mais do que isso, assumirmos
106 compromissos inadiáveis como por exemplo, a questão hospitalar, vamos penalizar sessenta por
107 cento da atividade médico-hospitalar da cidade de Pelotas. A responsabilidade será de todos os
108 senhores e não será só da nossa administração. A Universidade trabalha talvez os senhores não
109 saibam ou têm algumas pessoas possam ignorar, mas nós trabalhamos aqui atendendo sessenta por
110 cento da população de Pelotas e da região. Ficarmos discutindo se a Empresa de Serviços
111 Hospitalares é bom ou não para a Universidade ou é bom ou não para determinados segmentos
112 ou corporações é importante, mas nós não podemos paralisar as atividades hospitalares sob pena
113 de nós prejudicarmos pessoas e familiares até de alguns de nós se adoecer. Então acredito que
114 isso é uma coisa de alta responsabilidade e nós não podemos postergar. Por esse motivo eu
115 assinei com todo o risco que eu corri como médico em primeiro lugar eu não poder deixar de agir
116 e, sobretudo, como gestor, assumi a responsabilidade de assinar “ad referendum” a adesão da
117 Universidade a esta empresa que é do Governo, não é nossa. Não inventamos nada. Isso todas as
118 Universidades aderem ou não aderem. As modificações ao longo do tempo que deverão ser feitas
119 e assinada através de contratos específicos que aí sim a próxima administração isso não ocorrerá
120 com nós, terá que decidir se vai contratar ou não determinados setores dos serviços hospitalares.
121 Agora, se o Conselho postergar isso quero deixar bem claro que a responsabilidade será dos
122 senhores e não nossa. E eu votarei contra postergar qualquer decisão e discussão imediata pelo
123 Conselho e pela comunidade que terá em torno de dez a quinze dias para discutir. Então o que eu
124 trago aqui não é postergar a discussão. Essa discussão é necessária. Tem que ser feita aqui
125 também. Agora, não podemos de modo algum retirar de pauta um assunto de tamanha relevância.
126 A não ser que os conselheiros assumam responsabilidade de qualquer prejuízo aos pacientes do
127 HE e de toda a região. Nós recebemos no nosso hospital. Eu acho que é possível entendo até que
128 por uma questão de desconhecimento possa chegar a nossas mãos pedidos da próxima
129 administração nesse sentido ou de corporações. Então eu acho que isso é uma questão de extremo
130 cuidado que nós temos que ter e não estou aqui propondo nenhuma votação em absoluto! Eu
131 quero apenas que os senhores tenham o cuidado de ouvir quem sabe do assunto que não sou eu e
132 eu não sei se algum dos senhores pode falar a respeito com tamanha profundidade. Então nós
133 encaminhamos um pouco do que nós tínhamos, que é o que nós temos, com relação à legislação
134 para cada um dos conselheiros, mas ouvir a pessoa encarregada disso no hospital aqui no nosso
135 hospital e conhece profundamente a questão, eu acho que nós não podemos de maneira nenhuma
136 nos omitir disso. A não ser que algum dos senhores possa fazer referências que justifiquem tudo
137 isso. Então isso eu queria deixar bem claro que alterar a pauta nesse sentido é extremamente
138 prejudicial a todos nós. A qualquer tentativa disso será ruim. Um outro exemplo também é que
139 nós temos, por uma questão de Decreto Presidencial, resolver a questão urgente, mas eu também
140 tomei a decisão “ad referendum” para ao haver prejuízo à Instituição, de criar um setor dos
141 convênios que é criado a partir de uma determinação de Decreto Presidencial recente. E eu não
142 posso de maneira nenhuma deixar de atender, sob pena do Tribunal de Contas, punir a nós como
143 gestores e punir a Universidade por ficar omissa. Apenas segui as normas definidas pelo Tribunal
144 de Contas e pela Administração Pública Federal. Então eu quero deixar claro que tem itens da
145 pauta que eu não posso retirar, ou pelo menos não pretendo retirar. A não ser que a maioria do
146 Conselho não se convença em absolutamente nada do que aqui foi dito por mim. Então eu
147 gostaria de deixar isso bem claro: não estamos aqui mobilizando absolutamente nada contrário ao
148 que foi aqui acordado adequadamente acordado por todos nós na presença do Reitor eleito. Eu
149 acho que também tem que ficar claro que nós não estamos mudando em absolutamente em nada
150 a estrutura organizacional da Universidade. Ela continua sendo a mesma. Não se mudou nada. O
151 PDI teve que ser feito “ad referendum”, senão não viria recurso para a Universidade. O prazo que
152 eu tinha eram poucos dias. Fizemos rapidamente com os Pró-Reitorias esse projeto que pode e
153 deve ser completamente modificado pelos senhores desejarem, mas eu não podia impedir de
154 virem os recursos para cada Unidade Acadêmica senão, o mesmo fazendo, se eu procedesse, os

Peu



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 03/2012 – FLS. 4 de 31

155 senhores estariam sendo contra a administração, criticando por não ter nenhum recurso para as
156 respectivas Unidades. A não ser que os Diretores preferissem que assim eu agisse. Então foi feito
157 “ad referendum” e isso vai ser, e pode ser modificado ao longo do tempo, se o Conselho não
158 quiser aprovar, não tem problema algum. Não aprova, comunicamos o MEC e a decisão é do
159 Ministério. Se cortar as verbas, a responsabilidade foi do Conselho, mas os tens desse PDI
160 podem e devem ser modificados pelos senhores quiserem. É um projeto, um plano, como o
161 próprio e não uma própria denominação, como o próprio nome indica: Plano de
162 Desenvolvimento Institucional, onde também está incluído Intelectual. Porém, isso é um plano
163 facilmente modificável e que o Conselho pode modificar e encaminhar ao Ministério. Temos que
164 encaminhar sempre a documentação exigida, senão não há recurso para nenhum Instituto e
165 nenhuma faculdade. É essa a minha explanação. Portanto, eu queria colocar ao Conselho se
166 mantemos a pauta proposta ou não.” Perguntou se havia alguma manifestação. O conselheiro
167 Ernani Ávila se pronunciou no sentido de que o Conselho tinha plenas condições de apreciar a
168 pauta. O que poderia acontecer era que, no momento em que o Professor Mauro Del Pino assumia
169 a administração, que faça uma convocação, para sua primeira reunião, após o dia treze de janeiro
170 de dois mil e treze, e apresente uma exposição de motivos, incluir um item de reapreciação das
171 decisões tomadas, o que serviria para depois fazer a discussão que pretende, porque o documento
172 diz que seria em toda a comunidade. O Conselho Universitário representa toda a comunidade. Se
173 este Conselho se prestou para organizar uma lista tríplice em nome da comunidade, agora não
174 cabia instar por um posicionamento inverso que lhe parecia literalmente uma paradoxalidade. O
175 assunto da EBSERH já havia sido debatido há alguns dias no CONDIR. A matéria foi explicada
176 por pessoas que têm o conhecimento e dominam este tipo de possibilidade, porque é uma adesão,
177 e foi aprovado em outro fórum competente e a seu juízo já encaminhado. O senhor presidente
178 respondeu que de qualquer modo era fundamental que o Conselho Universitário, como Órgão
179 Máximo da Instituição, analise da nossa adesão ou não à empresa dos hospitais. De qualquer
180 forma achava extremamente fundamental que mantivessem o assunto na pauta. Sem mais
181 manifestações, o senhor presidente considerou aprovada a pauta. O primeiro item da pauta diz
182 respeito ao termo de acordo encaminhado pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.
183 Disse que havia pedido que a Secretaria dos Conselhos encaminhasse aos conselheiros a cópia.
184 Na realidade este documento é uma comunicação importante com relação ao final do processo
185 em relação ao final da greve. Nesse momento a conselheira Daniela lembrou que havia sido
186 pedido a inclusão de um item na pauta e que não havia sido colocado em votação, que foi a
187 solicitação para discussão sobre distribuição de vagas docentes. O senhor presidente respondeu
188 que este era assunto que não diz respeito ao Conselho Universitário e não cabia entrar em pauta.
189 Era assunto totalmente administrativo que ouve as Unidades, os Diretores, os Conselhos
190 Departamentais, é uma questão administrativa e cabe recursos ao Conselho Universitário, porém
191 não há discussão nesse sentido. Se houver recurso, encaminharemos para o Conselho
192 obviamente. Não há justificativa para inclusão disso a não ser que entre em grau de recurso. Os
193 editais já foram encaminhados. Portanto, a seu entendimento, não há razão de inclusão a não ser
194 que a maioria do Conselho justifique isso, então incluiremos, mas isso é uma matéria do
195 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – COCEPE. Portanto, é atribuição regimental daquele
196 Conselho. A conselheira Daniela Lumertz disse que tem alguns pontos dessa pauta que
197 verificara, enquanto membro da Comissão de Legislação e Normas, não passaram, de acordo
198 com o que dispõe o artigo 38, eles não passaram pela apreciação desta Comissão. O senhor
199 presidente respondeu que eles iriam ser apreciados, mas de qualquer maneira era comum que eles
200 fossem passados a partir da pauta, vão sendo encaminhados à Comissão de Legislação e Normas.
201 A conselheira solicitou à mesa que os processo fossem encaminhados previamente à VCLN, ao
202 que o senhor presidente respondeu que sempre que um processo chegue ao Conselho, é
203 encaminhado à CLN e só é deliberado após parecer desta Comissão. A norma regimental é
204 apresentar o processo ao Conselho e automaticamente passar à CLN. Neste momento a
205 conselheira Celeste disse que na verdade queria perguntar ao Professor exatamente o motivo da
206 colocação deste item na pauta, pois ele se refere a uma discussão sindical e na verdade os
207 professores da Universidade Federal em assembléia, se colocaram contra esse acordo. No nosso

Cee



208 entendimento a apreciação desse item seria apenas para referendar a posição dos docentes da
209 Federal de ser contrário a esse acordo assinado entre o Governo e o País. O senhor presidente
210 respondeu que trazia esse termo porque foi encaminhado pelo Ministério da Educação, como
211 assunto importante que diz respeito a todos docentes e se não assim o fizesse certamente seria
212 muito criticado por não o trazer no Conselho. O posicionamento do Conselho será se manifestar
213 a respeito ao acordo ou não. Por esse motivo é que havia trazido a questão. Não poderia de
214 maneira nenhuma desfazer essa possibilidade dos senhores conselheiros se posicionarem a
215 respeito como a conselheira muito bem havia dito antes. Por isso que colocava a palavra a
216 disposição. Se o Conselho iria fazer alguma manifestação a respeito disso poderá ser apoiando,
217 discordando, se abstendo, mas é uma possibilidade ou apenas tomar ciência, como acharem mais
218 conveniente. Era importante que fosse trazido ao Conselho, muito embora tenha havido uma
219 assembléia sindical, mas era um assunto encaminhado pela SeSu/MEC e trazia à apreciação do
220 Conselho. Claro que a posição do Conselho não é de maneira nenhuma uma atividade, ou
221 melhor, a nossa preocupação todos sabiam como conselheiros, não somos sindicato. Nós somos
222 um Conselho representa a todo o grupo da Universidade como um todo. Portanto, não podemos
223 funcionar como sindicato. Muito embora respeitamos todos os sindicatos e seus posicionamentos.
224 A manifestação é dos conselheiros, a orientação que deve ser dada com relação a isso vai
225 depender da maioria do Conselho. A conselheira Lucia disse que, indo na mesma posição da
226 conselheira Celeste, e valorizando a última reunião, onde ele havia endossado a importância dos
227 sindicatos, inclusive na nota que o presidente havia feito em dois mil e quatro. Nesse sentido
228 acreditava que ela não cabia ser apreciada e porque somos um Órgão Superior, mas nós
229 estávamos e sabia que isso lhe era caro, e também não estavam ali representando a eles mesmos e
230 isso tinham falado reiteradamente. Não se sentia a vontade de discutir o assunto, primeiro porque
231 era contra e depois por não achar adequado à pauta. Não cabia ao Conselho, por ter passado pelo
232 Sindicato. O senhor presidente sugeriu que o Conselho tomasse ciência do documento
233 encaminhado pelo Ministério e precisava de alguma maneira ter colocado ao Conselho. Se
234 achavam que o posicionamento era apenas tomar ciência, tomariam esta ciência e encerrariam ali
235 esse item e solicitou que passassem ao próximo item. Por unanimidade foi aprovada a
236 solicitação. **Item 2 – Criação do Centro de Estudos da Terra.** O senhor presidente convidou o
237 Professor Novaes para fazer a exposição do tema, uma vez que era oriundo de sua Unidade. Este
238 disse que: “Eu venho aqui trazer uma idéia de criação de um Centro de Estudos da Terra que
239 seria formado em sua base pelos cursos de Engenharia Geológica, Engenharia de Petróleo e
240 Curso Superior de Tecnologia em Geoprocessamento. Além desses três cursos que já estão em
241 funcionamento na Universidade, estão já cadastrados no EMEC, para funcionar a partir de 2013
242 ou 2014, os cursos Engenharia de Minas e Engenharia Mecânica. Esses dois últimos seriam no
243 município de Candiota. Como histórico do por quê da criação desse Centro, nós podemos dizer
244 que desde o tempo do Instituto de Química e Geociência, há a pretensão de ampliar a área de
245 Geociências na UFPel. Naquela época, quando entrei em 1989, e isso perdurou até 2007, era a
246 única universidade federal brasileira que não tinha pelo menos um Departamento de Geociências
247 em suas Unidades. Com o REUNI, a partir de 2008 foi criado o curso de Engenharia Geológica,
248 em 2009 o curso de Engenharia do Petróleo, em 2010 o Curso Superior de Tecnologia em
249 Geoprocessamento e em 2011 foram feitos os cadastros dos cursos de Engenharia de Minas e
250 Engenharia Mecânica. Não tiveram seu início, porque, como queremos alocar esses cursos no
251 município de Candiota, ficou complicado arranjar espaço físico, mas atualmente já temos esse
252 espaço e ter vagas docentes para isso, visto que a quantidade de vagas docentes que têm chegado
253 à UFPel, não correspondem nem à necessidade dos cursos atuais em andamento. O objetivo
254 desse Centro seria agrupar os cursos relacionados às áreas de recurso mineral, mineração,
255 energias renováveis e não renováveis de Geossistemas. É uma estrutura apropriada, mais
256 dinâmica, em sintonia com a interatividade das demandas de formação profissional.
257 Considerando que as necessidades humanas de recursos minerais energéticos não renováveis e
258 renováveis são crescentes, a exploração dos recursos naturais passa necessariamente por um
259 entendimento aprofundado dos Geossistemas e há uma reorganização mundial na formação
260 profissional na área de Ciência da Terra. Os pressupostos inovadores da UFPel dizem respeito:

ew



261 primeiro ao curso de Engenharia Geológica – O perfil de formação profissional do Curso de
262 Engenharia Geológica da UFPel reaproxima a ciência e engenharia. Um movimento que vem se
263 verificando em várias Universidades da Europa, Estados Unidos e Canadá. No Brasil temos o
264 exemplo da UNESP, da Federal de Ouro Preto e a própria UFPel. Curso de Engenharia de
265 Petróleo – O perfil de formação profissional do curso de Engenharia de Petróleo da UFPel insere
266 o perfil desenvolvimento integrado nas áreas de exploração e produção. Nas trinta e seis cursos
267 de Engenharia de Petróleo do Brasil, a nossa foi a única que foi aceita integralmente pelo CREA,
268 para avaliar como um Engenheiro de Petróleo deve ser. Falta a tradição das universidades
269 brasileiras na formação desses profissionais e nós estamos formulando propostas de cursos sem
270 integração das áreas. Curso Superior de Geoprocessamento – O perfil de formação deste
271 profissional integra profundamente as áreas de Cartografia, Geodésia, Sensoriamento Remoto e
272 Tecnologias de Informação. Curso de Engenharia Mecânica – Deve funcionar a partir de 2013 –
273 Tem três pautas básicas na sua formação: Energias renováveis, eólica, solar direta e indireta e de
274 biomassa, equipamentos para uso, exploração, produção e beneficiamento mineral e tecnologia
275 da área de soldagem, que é uma necessidade nacional. Curso de Engenharia de Minas –
276 Pretendemos colocar o requisito básico para o desenvolvimento deste curso, a integração das
277 áreas de Exploração, Extração, Produção e Utilização com ênfase nas áreas de Tecnologia
278 Mineral, Lavras Seletivas, Intervenção em Área de Risco Natural, Recuperação de Áreas e
279 Degradadas pela Mineração. Nosso modelo é a Colorado Scholl of Mines em Golden City no
280 Estado de Colorado nos Estados Unidos. Além desses cinco cursos, nós temos o Núcleo de
281 Estudos de Pesquisas Geológicas, que está localizado no Município de Pinheiro Machado, com
282 sede própria e começou a funcionar a partir de janeiro de 2011. Além disso, fomos responsáveis,
283 dentro deste núcleo, por uma Estação Sismológica, localizada no Município de Pedras Altas, que
284 faz parte de um projeto coordenado pela USP, pela UNB e nós, como participantes junto com a
285 UNIPAMPA, somos responsáveis por esta Unidade em Pedras Altas. Isto é para mostrar que nós
286 estamos realmente, se futuramente este Centro, se o Conselho achar que vale a pena investir,
287 tomando conta, em termos de ensino, pesquisa e extensão, de uma área que é a área de atuação da
288 UFPel em toda a metade sul do Rio Grande do Sul, principalmente na zona sul, que
289 tradicionalmente ficou à margem destes estudos por muitos anos. Para os senhores terem uma
290 idéia, durante dezessete anos, o único Geólogo presente na região era eu. Era impossível
291 desenvolver qualquer tipo de trabalho. Com isto agora temos esta chance. A base de implantação
292 deste Centro seriam estes cursos já mencionados. Essa é a configuração primária do que estamos
293 chamando de CTerra, sendo que a Engenharia Geológica é um curso diurno, tem cinquenta vagas
294 e dura cinco anos; Engenharia de Petróleo é um curso diurno, cinquenta vagas, cinco anos;
295 turno, cinquenta Engenharia de Minas – diurno, trinta vagas, cinco anos; Engenharia Mecânica –
296 noturno, trinta vagas e cinco anos; Curso Superior de Tecnologia e Geoprocessamento – noturno,
297 cinquenta vagas, três anos. Com isso, e até o dia de hoje, em 2012, temos cerca de seiscentos e
298 cinquenta alunos trabalhando nesses cursos. Até 2014 teremos em média novecentos e cinquenta
299 alunos dentro deste centro. Com vinte e dois docentes hoje existentes e a concursar teríamos
300 cinquenta para completar os cursos já existentes e mais os dois que começam a partir de 2013.
301 Seriam setenta e um docentes para esses cursos. O quadro de servidores técnico-administrativos
302 este é a maior preocupação que temos, pois atualmente são três e necessitamos de doze. A carga
303 horária anual está elencada para todos os cursos. Sessenta e nove horas a carga horária anual,
304 quatrocentos e cinquenta alunos, em média, circulando em nossos cursos. Antes de agradecer,
305 preciso chamar a atenção ao seguinte: atualmente estamos no CDTEC e na verdade a idéia de
306 criarmos um centro à parte do CDTEC, até onde eu sei, não houve nenhum problema, houve
307 reunião com ata, onde foi considerada normal essa separação, porque isso é uma correção de
308 rumo, na verdade. Se analisarmos o CDTEC hoje, eu chamaria ele de uma Torre de Babel. Temos
309 cursos que não têm muito envolvimento uns com os outros. Biotecnologia misturado com
310 Geologia, que vem com um Ciência da Computação, se tornando um tanto complicado o modo
311 como funcionamos. Logo, isto seria uma correção de rumo. O outro ponto é que não existe
312 universidade brasileira, ou no mundo, em que a Geociência não seja uma coisa separada, porque
313 nós trabalhamos muito com ciência e engenharia juntos. É diferente dos Centros das Engenharias

Cen



314 e diferente do que está acontecendo no E isto em qualquer universidade brasileira, é impossível
315 apontar uma onde a Geologia faça parte de outra Unidade. Até entendo que nós possamos não
316 mudar a nossa estrutura, mas hoje seria uma correção de rumo dentro das perspectivas que temos,
317 além de proporcionar atividades que hoje dentro do CDTEC ficaram muito complicadas para nós
318 como, por exemplo, laboratórios. Somos muito diferentes de qualquer outro curso dentro do
319 CDTEC. Agradeço a oportunidade e passo a palavra ao senhor presidente”. Foi concedida a
320 palavra à conselheira Gladis Ribeiro: “Bom dia senhor presidente, bom dia a todos conselheiros.
321 Eu gostaria apenas de obter um esclarecimento: se esses pontos foram discutidos com o atual
322 CDTEC, aonde, até o momento, estes cursos estão vinculados. Se foi discutido, se existe uma
323 decisão nesse sentido, uma iniciativa de realmente haver este desmembramento?” O conselheiro
324 Novaes respondeu que já havia sido discutido e havia um aval ao desmembramento. A seguir o
325 senhor presidente concedeu a palavra ao conselheiro Leonardo Oliveira: “Bom dia senhor
326 presidente e demais colegas conselheiros. Eu sou lotado no Centro de Engenharias e acompanhei
327 um pouco a transição dessa mudança, onde anteriormente era a Faculdade de Engenharia
328 Agrícola e atualmente é Centro de Engenharias. Minha preocupação vem nesse sentido: parece-
329 me que a proposição de criação de centros tem como objetivo o agrupamento de cursos de
330 graduação e pós-graduação da mesma área de conhecimento com a finalidade de racionalizar
331 recursos, disponibilidade de professores, servidores, laboratórios e equipamentos. Esse me parece
332 o motivo, a razão que está levando a criação desse tipo de unidade, já que nossa instituição
333 cresceu muito e está em uma situação bem diferente de alguns anos atrás. Nesse sentido nós já
334 observamos que a nossa instituição, possui cursos de engenharias em duas Unidades
335 Acadêmicas: atualmente no Centro de Engenharias e no CDTEC. A mim já parece uma situação
336 que vai de encontro à proposição. Certamente existe duplicidade tanto de laboratórios, de
337 estruturas, assim como contratação de professores e, embora se tenha um esforço de aproximar as
338 duas Unidades, é muito difícil essa aproximação e, em função de serem unidades distintas, já se
339 tem certamente alguns prejuízos para nossa instituição. Ao meu ver, agora se está propondo, está
340 sendo apresentada a proposta de mais um centro, onde serão abrigadas outras engenharias, até
341 com a proposição de Engenharia Mecânica e Engenharia de Minas. Pois bem, estaremos partindo
342 da duplicação para a triplicação de um panorama, de um contexto da área de engenharias. Do
343 meu ponto de vista, tínhamos que caminhar para o sentido inverso: de unificar as engenharias e
344 não dispersar, pulverizar mais ainda essa área de atuação e é uma área de suma importância e de
345 altos investimentos. Então, no meu ponto de vista, o caminho teria que ser inverso: do
346 agrupamento das engenharias e não dessa fragmentação cada vez maior. Acho muito importante
347 a iniciativa do Professor Novaes e acho que vem a contribuir, mas não me parece positivo para a
348 instituição a criação de inúmeras Unidades Acadêmicas, com cursos de engenharias. E se formos
349 ver em outras instituições em que a engenharia é uma área tradicional, elas são concentradas em
350 uma única unidade. Então, acho que a grande questão é esta: de aumentar essa pulverização dos
351 cursos de engenharias em várias Unidades Acadêmicas que, certamente, nos trará prejuízo no
352 sentido da racionalização desses recursos. Obrigado.” De pronto, a palavra foi passada ao
353 conselheiro Lauer Santos: “Bom dia aos conselheiros. Eu gostaria de referendar também a
354 posição do conselheiro Leonardo e lembrar que, em dezembro de 2010, quando apresentamos as
355 propostas para a Direção do Centro de Artes, chegaram a ser apresentadas duas propostas,
356 inclusive uma delas contemplava a criação de dois centros. Isso foi negado por este Conselho,
357 tendo em vista que os centros deveriam justamente servir para reunir Unidades Acadêmicas com
358 atividades afins. Esse o primeiro aspecto. Isto passou, estamos em um outro momento e o Centro
359 de Artes está se estruturando de alguma forma e quando ouvi a apresentação do Professor, da
360 proposta de criação do Centro de Estudos da Terra, entendi que estes cursos estão atualmente
361 lotados no CDTEC e isto automaticamente necessita que se apresente também uma
362 reconfiguração do CDTEC enquanto centro, pois é um centro que não vai mais ser configurado
363 como estava até então. Estamos desmembrando Unidades Acadêmicas. Sei também que existem
364 muitos cursos na Universidade que estavam sem Unidades Acadêmicas, pois haviam sido criados
365 e era necessário criar centros que abrigassem estes cursos, como o próprio Centro de Estudos do
366 MERCOSUL, porque havia uma série de cursos que estavam nas Pró-Reitorias e depois ficaram

cew



367 na própria Reitoria e foi necessário criar Unidades Acadêmicas para abrigar estes cursos que não
368 tinham ainda uma unidade de lotação. Porém estes cursos que já estão lotados em uma Unidade,
369 serem desmembrados em unidades menores, nesse ponto acompanhei a propostas de criação de
370 centros em um movimento contrário, daquele que vinha se pretendendo como criação de centros.
371 Acredito que os interesses do grupo devem ser entendidos, compreendidos. Entendo isso, pois no
372 meu grupo vivi isso também, mas temos que pensar coletivamente como um todo, como uma
373 universidade.” Logo em seguida foi concedida a palavra ao conselheiro Álvaro Ayala: “Bom dia
374 conselheiros. Eu acompanho à distância e tive poucas oportunidades, mas frutíferas, de conversar
375 com o Professor Novaes e realmente penso que a área de Ciências da Terra precisa de uma
376 identidade, mas percebo que estamos enfrentando o grande problema do movimento de terminar
377 com os Departamentos nos Centros. Realmente a área de Ciência da Terra é uma área muito
378 importante e ela tem interação com diversas outras áreas muito diversificadas e a área precisa de
379 uma identidade. No momento em que nós acabamos com o Departamento, essas identidades
380 passam aos Centros ou seja, em hipótese, se acabássemos com todos os Departamentos da
381 Universidade, estas identidades deveriam ir para os Centros. Me parece que é o problema que
382 estamos enfrentando aqui: os Centros deveriam ser centros interdisciplinares. Sem
383 Departamentos, significa que as áreas estariam misturadas e sua identidade estaria dispersa.
384 Sempre defendi que o papel do Departamento é justamente guardar a identidade institucional de
385 uma áreas do conhecimento. Se algumas áreas, se algumas Unidades Acadêmicas acreditam que
386 isso não é um problema, elas se encaixam bem em um centro. Se algumas áreas precisam de sua
387 identidade institucional, elas precisam ser um Centro próprio ou precisam ser um Departamento.
388 O que estou percebendo nessa situação, e eu parto do pressuposto que a área de Ciências da Terra
389 precisa de uma identidade, é que vamos acabar criando uma quantidade muito grande de Centros
390 para conseguir dar identidade a cada uma das áreas que precisam desta identidade. Se tivéssemos
391 a figura do Departamento seria mais fácil dar essa identidade para as áreas dentro de unidades
392 maiores. De qualquer forma, Professor Novaes, eu tenho que fazer um pouco de coro às
393 colocações que aconteceram antes de mim, que a idéia de centro era justamente criar instâncias
394 de unidades interdisciplinares e que se nós queremos criar identidade vamos precisar agrupar e
395 eu concordo e não vejo como termos duas Unidades Acadêmicas com cursos de engenharia.
396 Deveríamos ter um Centro de Engenharias trabalhando, onde todos os cursos deveriam estar lá,
397 do ponto da lógica e do ponto de vista da racionalização dos recursos. Eu não concordo também
398 nesse aspecto, e defendo que se tenha uma identidade para a área de Ciências da Terra, mas não
399 acho correto, neste momento, criar um Centro, e gostaria de ter a oportunidade de discutir mais
400 este processo, com relação à criação desse centro. Concordo com os dois pontos: primeiro penso
401 que as engenharias deveriam estar todas no mesmo centro e segundo, se fôssemos desmembrar o
402 CDTEc, teríamos de ter uma proposta clara para o CDTEc. Essas duas colocações são corretas.
403 Estamos enfrentado a questão de identidade institucional, que eu anunciei, quando começou a
404 discussão, eu chamei a atenção que o Departamento é quem dava essa identidade institucional
405 para as áreas do conhecimento. Estamos enfrentando este problema agora, porque o centro não
406 consegue dar conta disso. Defendo uma identidade para a área de Ciências da Terra, pois tenho
407 vários familiares ligados a essa área, fazendo vários trabalhos de pesquisa na área e acabo tendo
408 algum conhecimento por osmose, não tecnicamente, maspor osmose, do convívio com pessoas
409 que trabalham com essa área, mas não acho correto nesse momento criar um centro sem
410 fazermos uma discussão maior de como se vai estabelecer todos os entros e principalmente no
411 CDTEc, como faremos a distribuição das engenharias. Gostaria de trabalhar com o senhor, se
412 possível, com tempo de ajudar na criação da identidade dessa área, mas não me sinto a vontade
413 de votar a criação de um novo centro, sem que tenhamos claro os desdobramentos disso,
414 principalmente a questão das distribuições dos cursos de engenharia. Gostaria de declarar que
415 não tenho condições de votar o assunto nesse momento e gostaria de discutir mais sobre o tema e
416 eu nesse momento não sou a favor de um novo centro, apesar de respeitar muito o trabalho do
417 Professor Novaes e considerar que a área de Ciência da Terra precisa muito de uma identidade
418 institucional.” Dando sequência às discussões, o senhor presidente concedeu a palavra ao
419 conselheiro Lauer Santos: “Eu concordo com as colocações do conselheiro Ayala, no entanto

cew



420 Ayala, gostaria de chamar atenção para um aspecto que não sei se depende de área, de
421 estruturação, de constituição histórica dos diferentes cursos da universidade, justamente com
422 relação à importância e como pode-se constituir essa identidade institucional de cursos. Na
423 verdade é que eu percebo não só pelo caso do Centro de Artes, mas de outros cursos que nem são
424 centros ainda, que essa identidade não está necessariamente ancorada no Departamento. Inclusive
425 a proposta de centros, de ter Colegiados que estão vinculados ao curso, isso pode realmente
426 consolidar a identidade do curso de uma maneira muito mais forte do que através de
427 Departamentos. Os Departamentos na verdade têm muita importância nos Institutos Básicos, que
428 atendem um grande número de cursos e constituem a identidade de uma área de conhecimento.
429 No entanto, as Faculdades, cujo grande pilar são os cursos já específicos, as áreas
430 profissionalizantes, estão muito mais ancoradas sobre os Colegiados do que propriamente sobre
431 os Departamentos. Esse é um tópico que varia. No caso do Centro de Engenharia de Estudos da
432 Terra acredito que necessariamente haja sim a necessidade de uma identidade, que talvez esteja
433 diluída em um centro. Mas não pensei na instalação de um Departamento, por exemplo, os
434 Departamentos até as vezes em inúmeros cursos, que isso vá se dar de maneira melhor. Também
435 considero que esta é uma discussão que vai amadurecer ao longo do tempo e acato a mesma
436 posição de que não seria o momento adequado de votar na constituição desse Centro.” De pronto
437 a palavra passou ao conselheiro Vítor Gonçalves: “Há algum tempo o IFM vem salientando às
438 diferentes Unidades que com o crescimento que tivemos com o REUNI, só teremos sustentação
439 com a otimização de recursos humanos e aproximação das diferentes Unidades. Isso, neste
440 momento então, passa pela aproximação das engenharias em uma única Unidade, sem dúvida, e
441 não a replicação de estruturas. A contínua replicação que se verificou nos últimos anos, tem feito
442 que seja extremamente difícil para as Unidades Básicas atender as demandas, e mais do que isso,
443 nós em pouco tempo não teremos sustentação para esse crescimento. Não teremos mais recursos,
444 porque naturalmente o projeto REUNI é um projeto que aos poucos tem escasseada a quantidade
445 de recursos que tem sido repassada; número de vagas não será suficiente para articular, quando
446 vejo uma Unidade que quer ser criada e solicita ainda cinquenta vagas para ter sustentação,
447 demonstra claramente a dificuldade para sua implementação. Acho que hoje parte daqueles
448 cursos que estão ali colocados, estão em implantação e certamente necessitam da aproximação
449 das Unidades já existentes para sua consolidação e criação de outros cursos que com ênfase, em
450 particular, Engenharia Mecânica, fora de um centro de engenharias, não entendo como algo
451 lógico que tenha sustentação. E eu vejo certamente que deveremos repensar a estrutura da nossa
452 Universidade. Acho que sem dúvida, quando o Professor Novaes coloca que o CDTEC hoje se
453 entende como uma Torre de Babel, ela realmente se detecta e temos de pensar em reaproximar.
454 Isso é natural e já dissemos lá no início a dificuldade que seria essa criação desse centro com tais
455 distintos perfis e está ficando claro agora. É um bom momento para se discutir as Unidades que
456 já temos e não criar novas Unidades.” Na sequência, foi concedida a palavra ao conselheiro
457 Paulo Borges: “Bom dia senhores conselheiros. Senhoras conselheiras. Eu respeito muito a
458 proposta que o Professor Novaes traz aqui, mas me preocupa muito o momento que essa proposta
459 envolve diretamente o Centro de Desenvolvimento Tecnológico, eu entendo que o Diretor do
460 CDTEC deveria logicamente aqui no Conselho Universitário manifestar-se no sentido de quais os
461 impactos que essa nova proposta causaria no CDTEC, quais os projetos futuros para o CDTEC,
462 porque de certa maneira isso envolve muitas questões entre as quais as questões docentes, que
463 são importantíssimas, mais esta questão que o conselheiro Ayala falou da identidade
464 institucional. Esta identidade pode ocorrer sim dentro dos centros. O centro tem todo um espaço
465 importante para diálogo, discussão e aproximação, seja no campo da pesquisa, no campo da
466 extensão e no campo do ensino e, portanto, eu acho que só no momento que se esgotarem todas
467 as possibilidades de aproximação entre as diferentes áreas dentro de um centro é que devemos
468 apresentar proposta de quem sabe uma nova unidade ou um novo setor. Portanto, eu entendo que,
469 Professor Novaes, respeitando logicamente a sua manifestação e concordo em muitos pontos,
470 mas que a manifestação do Centro de Desenvolvimento Tecnológico neste momento é
471 importantíssimo, sem a qual não teria como, do meu ponto de vista, lógico, os conselheiros
472 tomarem uma decisão mais tranqüila, mais aprofundada inclusive sobre essa proposta que o

Caru



473 senhor traz agora.” A seguir, com a palavra o conselheiro Tiago Collares fez sua manifestação:
474 “Bom dia a todos. Hoje estou representando os Coordenadores de Curso, e não estou
475 representando a Direção do CDTEC, mas já que o presidente citou meu nome nesse sentido, digo
476 que é uma posição que estou assumindo, não é uma posição que tenha sido discutida dentro do
477 Centro, mas acho pertinente do ponto de vista de estrutura que o Professor Novaes está
478 apresentando, mas não sei se este é o momento de discutir. Acredito que o momento mais
479 importante de discutir o regramento, quais são as regras para criação de centros; se este centro
480 vai ser multidisciplinar. Não se pode fazer uma leitura, traduzir um centro multidisciplinar como
481 uma Torre de Babel. Acho que está errada a leitura, mas a questão para formar novos centros
482 deve ser debatida, deve ser construída no Conselho e tendo uma regra clara de criação de novos
483 centros, se está dentro da regra, não vejo problema nenhum deste Conselho tocar isto para a
484 frente. É uma pequena leitura, mas isso dentro do centro, acho que não foi exaustivamente
485 discutida, porque era um momento mais turbulento, vamos dizer assim, então a posição que eu
486 trago não é a posição da Direção, porque não estou aqui a representando. Acredito que as regras
487 para criação de centros devem ser criadas por este Conselho e se respeitar a regra, acredito que
488 seja possível sim, aprovação de novos centros ou a remodelação, enfim, nesse sentido.” Professor
489 Novaes: “Eu não deixo de concordar com vários aspectos que foram mencionados, mas devo
490 lembrar que lá no histórico da formação das coisas durante o REUNI, que os cursos da
491 Engenharia Geológica foram rechaçados pela Engenharia Agrícola. Este é o primeiro ponto.
492 Segundo, se fosse realmente para unir todas as engenharias em um ponto só, acho o que o próprio
493 CREA não teria a Câmara de Agronomia, Câmara de Engenharias e etc. Então nesse aspecto é
494 que gostaria que entendessem que o nome de Engenharia Geológica, por exemplo, é regulado
495 pelo MEC, que tanto faz eu chamar de Geologia como Engenharia Geológica. Não há diferença
496 nenhuma entre o título de Geólogo ou título de Engenheiro Geólogo. O nome do curso pode ser
497 mudado para Geologia. Não faz parte nem no CREA nem na estrutura do MEC, nem nas áreas de
498 conhecimento do MEC fazer parte da mesma estrutura. Diga-se de passagem, juntar todas as
499 engenharias em um núcleo só, primeiro teríamos um super poder, que acho que também não é o
500 caso e isso seria muito danoso para a Universidade. Segundo, nós não temos toda essa
501 interatividade de docentes e laboratórios. São muito diferentes. Talvez dez por cento dos
502 laboratórios da Engenharia Civil e Agrícola sirvam para Geociências e vice-versa, e olhe lá!
503 Acho que estamos também esquecendo um pouco do que está preconizado pelo MEC e pelo
504 próprio CREA. Segundo, Professor Ayala, agradeço suas palavras e entendo que poderíamos, por
505 exemplo, pensar até em outra estrutura. Esse problema de Departamento esse híbrido que está
506 acontecendo na UFPel deve ser discutido. O que eu falei sobre Torre de Babel é que realmente é
507 muito difícil eu chegar em uma Petrobrás, apresentar um projeto e eles perguntarem: como esses
508 Centros de Desenvolvimento Tecnológico e eu explicar que ali tem um Biotecnologia e uma
509 Ciência da Computação junto com Geologia e Engenharia de Petróleo. É muito difícil. Somos
510 questionados todos os dias que fazemos contato. A separação vem por esse motivo. A idéia da
511 separação. Concordo e esperava que o Professor Odir estivesse aqui, e ele me garantiu que estaria
512 para apresentar como Diretor do CDTEC a posição, mas não veio infelizmente. Concordo com os
513 senhores que deveria ter a posição do CDTEC, com a Direção do CDTEC aqui presente e não
514 entendo como isso aconteceu. Sinceramente eu não entendo. Entendo que o crescimento das
515 áreas afins deva ser uma prerrogativa na Universidade. Eu não estou aqui para dizer que, por
516 exemplo, Medicina deva se juntar com Enfermagem e com Odontologia, mesmo sendo áreas
517 afins. Estou dizendo que algumas que estão montadas dessa maneira não estão corretas. Por mais
518 que os senhores me falem que estão corretas, não está correto! Claro que tenho que acatar o que o
519 Conselho está dizendo. O que eu peço, então, já que se for decidida a não aprovação, que pelo
520 menos se prorrogue até um estudo mais aprofundado, como sugeriu o Professor Ayala e a
521 posição do CDTEC venha clara para cá. Senão fica difícil ficarmos falando em nome do CDTEC,
522 ou o conselheiro Collares ficar falando em nome desse Centro, sem ter a posição deste.
523 Obrigada.” O senhor presidente sugeriu que, face a manifestação, achava importante, ou pelo
524 menos da parte mais interessada, que são os professores representados pelo Professor Novaes, e
525 mesmo que estivesse no processo a aprovação do CDTEC, nos autos, ele acreditava ser

CCW



526 importante e solicitava a concordância do Conselho, que fosse postergado para uma decisão
527 futura, e fosse mais aprofundada a discussão ao nível do CDTEC em primeiro lugar, e depois
528 trazido ao Conselho com maior profundidade as suas decisões. Como todos concordaram, ficou
529 acertado exatamente o que foi sugerido pelo senhor presidente. A seguir, comunicou que o Dr.
530 Vicente estava presente e deveria viajar a Brasília, estando com voo marcado, e o convidaria para
531 fazer a explanação do assunto sobre a EBSEH, juntamente com a Dr^a. Cristina, que poderia
532 sanar dúvidas que por ventura surgissem. O Doutor Vicente iniciou explicando que daria mais
533 algumas informações: “Sou Luiz Vicente Aquino e estou na Administração da FAU, na Direção
534 do Hospital Escola desde mil novecentos e noventa e nove, quando foi feito um processo
535 seletivo, por solicitação do MEC, para que fosse feita uma gestão mais profissional do hospital
536 eu atravessava uma fase difícil naquela época. Participei juntamente com outros dez colegas e fui
537 vencedor, fui escolhido para assumir essa função na administração do HE. Seis meses após
538 assumir, fomos convidados pelo MEC em função do modelo de gestão que nós havíamos
539 implantado aqui no hospital, fomos convidados para participar de decisões que eram atinentes
540 aos hospitais escolas ou aos Hospitais Universitários Federais. Desde então, venho também, de
541 alguma forma, colaborando com tudo aquilo que diz respeito aos Hospitais Federais das
542 universidades que são hoje quarenta e seis no país e altamente atuando em maior parte do tempo
543 aqui, mas sempre a disposição, quando precisam de algum auxílio, que possamos contribuir.
544 Hoje, a pedido do Professor Cesar, estou aqui no sentido de tentar prestar alguns esclarecimentos
545 sobre a EBSEH, porque eu também, na questão da EBSEH, fui convidado como colaborador,
546 na questão de montar alguns processos de informações que o Governo Federal necessita sobre os
547 Hospitais Federais. Então estou como colaborador, e venho participando de algumas reuniões e
548 algumas atividades relacionadas à EBSEH e, em função disso, nós detemos algumas
549 informações. Não todas. Provavelmente eu vou conseguir explicar para os senhores algumas
550 coisas do que vem acontecendo efetivamente, mas para algumas perguntas, talvez eu não tenha
551 resposta para todas, pois não sou um representante da EBSEH e sim, apenas um colaborador. A
552 EBSEH atualmente tem uma diretoria composta de cinco direções, cinco cargos e essa diretoria
553 foi criada, oficialmente, e constituída há cerca de quatro ou cinco meses, por isso que as coisas
554 estão apertadas, porque as decisões têm de ser tomadas ainda este ano, em função do que o TCU
555 decidiu. Fiz um roteiro apenas para que eu consiga me orientar, mas se os senhores tiverem
556 qualquer questionamento, por gentileza, podem interromper que eu estarei a disposição: a
557 EBSEH não surgiu do nada, pois em dois mil e oito, o Ministro Fernando Adad, Ministro da
558 Educação, recebia muitos Reitores para suas audiências e era pauta das audiências, no último
559 item, Hospitais Universitários. Nas próximas audiências com os Reitores, começou a ser pauta
560 número um das universidades, os seus hospitais universitários. E me lembro na época o Ministro
561 ficou muito incomodado com esta situação, pois para ele hospitais era uma “caixa preta”, pois
562 não tinha o mínimo conhecimento e não tinha muito interesse também em escutar as queixas
563 sobre os hospitais. Em uma reunião, da qual eu estava fazendo parte, o Ministro resolveu criar
564 uma Diretoria específica na SESu, para cuidar dos hospitais universitários. Naquela ocasião
565 nomeou o Professor José Rubens, que já havia sido Reitor de uma universidade em São Paulo, o
566 Professor Celso Araújo., para coordenar os Hospitais Federais e a Professora Geane Michel, para
567 coordenar os Programas de Residência Médica em Residência da Saúde. Estava sendo
568 constituída uma Diretoria que trataria somente da questão dos hospitais. Nesse momento também
569 foi pactuado, em uma reunião da ANDIFES, que ocorreu em Macapá, e o Ministro estava
570 presente, que seria feita a criação de um sistema de informações, onde esse sistema de
571 informações pudesse fazer um diagnóstico da situação dos hospitais Federais. Foi criado naquele
572 momento o sistema chamado REUFS, que fazia parte de um sistema de estruturação dos
573 hospitais. Esse sistema tinha todos os dados que constavam dos hospitais, todos os dados
574 estatísticos, assistenciais, econômico-financeiros, de produção das áreas de apoio, enfim, de
575 quadro de pessoal, do parque tecnológico, da estrutura que os hospitais se encontrava. Foi feito
576 todo um levantamento através desse sistema dessas informações. Criou-se o sistema e
577 começamos a levantar, então, trabalho do qual também participei e ajudei a criar esse modelo de
578 relatório, começamos a levantar informações no ano de dois mil e nove, sobre todos os Hospitais

Cau



579 Federais. No início de dois mil e dez, foi apresentado o primeiro relatório para o Ministro Adad
580 da situação que havia sido encontrada e nesse relatório ele constava não apenas as informações
581 que tínhamos obtido através do sistema, como também constavam as informações que tinham
582 vindo de todos os diretores de hospitais, através de uma planilha que o MEC havia enviado e
583 esses Diretores responderam a essas demandas, que juntaram com o relatório, que existiam
584 necessidades emergenciais, porque há mais de trinta anos os Hospitais Federais não recebiam
585 investimento do Governo Federal. Eles receberam lá no passado e os hospitais gradativamente
586 vieram perdendo recursos de investimento e eles foram ficando onde ficaram apenas com a folha
587 dos servidores que eram concursados pelo Regime RJU. Qualquer recurso extra que os hospitais
588 receberam neste período, ou era a pedido dos Reitores ou através de algum mecanismo que as
589 Fundações de Apoio faziam com as operações do SUS. Nesse momento em que o relatório foi
590 entregue, surgiram necessidades emergenciais de estruturação física, de renovação do parque
591 tecnológico, de recursos humanos, que era um dos grandes problemas, que continua sendo e de
592 financiamento e custeio dos hospitais. O primeiro relatório indicava uma demanda inicial de
593 investimento da União nos Hospitais Universitários, com o objetivo de acabar ou terminar com o
594 fechamento de leitos. Nós tínhamos naquele momento, em dois mil e dez, dez mil e setecentos
595 leitos ativos, no país, nos quarenta e seis hospitais, e mil e cem (1100) leitos fechados. Isso
596 significava mil e cem leitos significa hoje, três hospitais de grande porte, cinco hospitais de
597 médio porte e dez hospitais de pequeno porte, do tamanho do nosso, que estavam deixando de
598 prestar serviços à população brasileira. O valor para essa demanda emergencial chegava na casa
599 de dois vírgula cinco bilhões de Reais, para colocar tudo em dia. Aí chegou um novo
600 questionamento: tirar de onde esses recursos? Foi levado ao Ministério do Planejamento e
601 Orçamento, e nessa ocasião o Presidente da República, fez ainda duas reuniões com os Reitores e
602 chamou para si a responsabilidade dos Hospitais Federais, quando teve conhecimento do
603 relatório. Imediatamente fez um Decreto que foi fruto de seis meses de reuniões entre MEC,
604 Ministério da Saúde e Ministério do Planejamento. Fez um Decreto criando o REUF, que é
605 atualmente de reestruturação de hospitais universitários federais. O REUF vinha com o Decreto
606 já estipulando alguns percentuais. O Presidente deixou em uma ocasião em que os três Ministros
607 se entendessem. De como seria a distribuição dos recursos. Não houve entendimento e ele
608 decidiu, pois tinha dito que se não houvesse entendimento, ele decidiria. Não houve o
609 entendimento e o Presidente decidiu que a saúde passaria a ser financiada pelo Ministério da
610 Saúde (50%) e 50% financiado pelo MEC, que até então vinha financiando praticamente sozinho.
611 Para isso foi dado um tempo para que o ajuste fosse feito. Atualmente estamos em um percentual
612 de 68/32 e já se estima para o próximo ano 75/25, para chegarmos nos 50/50, pois o Ministério
613 da Saúde continua muito resistente a investir nos Hospitais Federais ligados às universidades. A
614 discussão era: por que investir? O Ministro Temporão falava isso e o Ministro Adad respondia:
615 porque nós somos também formadores de profissionais do SUS e vocês têm obrigação de investir
616 nos Hospitais Federais. Como não houve consenso, o Presidente lançou o Decreto. Estava
617 instituído o REUF com o objetivo de recuperar o financiamento dos hospitais, a reestruturação
618 física, a reestruturação tecnológica, um modelo de gestão dos Hospitais Federais e a
619 recomposição da força de trabalho. Com esse objetivo é que veio o REUF. Por que gestão fazia
620 parte dos objetivos do REUF? No final de dois mil e nove, saiu um Acórdão do Tribunal de
621 Contas da União – TCU – depois de uma visita que foi feita por um grupo de conselheiros do
622 TCU em vinte e um hospitais dos quarenta e seis Hospitais Federais e essa visita tinha o objetivo
623 de levantar uma série de informações e dados relativos aos hospitais. Um dos vinte e um foi o
624 nosso de Pelotas que foi visitado pelo TCU, onde abrimos todas as questões do hospital, tanto
625 financeiras, de pessoal, parque tecnológico, eles visitaram e caminharam pelo hospital. Daí saiu
626 esse Acórdão, de onde saiu o seguinte: sugestões, recomendações e determinações. As sugestões,
627 segundo o próprio Ministro, se escuta e acata se conseguir que sejam introjetadas dentro da
628 realidade de cada instituição; as recomendações, façam e as determinações são para ontem.
629 Dentro das recomendações, o MEC deveria adotar uma medida uniforme de gestão dos Hospitais
630 Federais, porque até então cada hospital era gerenciado de uma forma. Os dados não eram
631 consolidados, então era na verdade uma grande confusão até para o MEC ficar a par do que

Per



632 estava acontecendo com os hospitais. Foi dito que seria feita uma gestão uniforme para todos os
633 hospitais, por determinação. Por recomendação do TCU e calculado e feito dentro de um sistema
634 de informações que já havíamos criado, onde o TCU também tivesse acesso, que é o SISREUF
635 atualmente. Atualmente o TCU tem a acesso ao SISREUF; tem a senha desse documento que
636 preenchemos quadrimestralmente, onde consta toda a realidade do que está acontecendo nos
637 Hospitais Federais e é encaminhado ao MEC e o TCU tem acesso diretamente, o TCU
638 recomendava para que também esse sistema eles pudessem ter como órgão de controle e ter uma
639 idéia do que estivesse acontecendo e também o MEC conseguisse fazer um gerenciamento a
640 distância de todos os seus Hospitais Federais, já que tinham o sistema onde pudessem ali
641 identificar as distorções ou algumas dificuldades que os hospitais enfrentavam. Em meados de
642 dois mil e dez a Subsecretaria de Orçamento e Finanças do MEC editou uma Portaria conhecida
643 como Portaria nº 04, que determinava a todas as IFES, que transformassem os HUs em Unidades
644 Gestoras e Orçamentárias. Aqui foi acatado, feito isto e algumas universidades infelizmente não
645 fizeram e até o presente momento continuam com problemas em seus hospitais. O TCU pediu
646 esse trabalho, porque não conseguia ver os hospitais universitários dentro das IFES e não
647 conseguia entender isso, por esse motivo fez essa recomendação. Passada essa fase, onde se fez
648 todo esse trabalho, entregamos a conclusão de todas as necessidades ao TCU e ao Ministro. Na
649 época foi levantado que precisávamos, emergencialmente, para evitar o fechamento de leitos, de
650 mais leitos nos Hospitais Federais, precisava imediatamente, além da reconstituição do parque
651 tecnológico, reestruturação física e etc. precisávamos de oito mil, seiscentos e setenta e seis
652 servidores a mais, para tirar da zona de emergência. Isso gerou esse relatório que dizia dessas
653 necessidades pessoais, girou por parte da diretoria dos hospitais em Brasília na SESu, trinta e seis
654 Notas Técnicas e o relatório é um processo com mais de dez volumes. Foi levado ao Ministério
655 do Planejamento, que respondeu: ok, estamos cientes das necessidades dos Hospitais Federais,
656 nós sabemos que vocês precisam de pessoal, mas não vamos dar. O Governo está pensando em
657 uma outra solução para os hospitais, que não é o concurso público. Não vamos repor esses
658 cargos. Na época, lembro bem, que foi um desespero, pois já vivíamos naquele momento um
659 sufoco muito grande com o pagamento da força de trabalho, com os recursos do SUS, que era a
660 única receita que os hospitais tinham e cada vez comprometendo mais. No final de dois mil e
661 dez, em função dessa solução que o MP disse que o Governo tinha e que nós não sabíamos qual
662 era a solução, foi encaminhado ao Congresso Nacional, uma Medida Provisória criando a
663 EBSEH, que foi altamente questionada, por ser apresentada em término de mandato, criada em
664 15 de dezembro e publicada em 28 de dezembro a sua criação. Ela foi muito questionada por ser
665 lançada ao apagar das luzes do Governo. Foi muito debatida a nível de FASUBRA, a nível
666 nacional. Muitos de nós, eu inclusive, talvez transitasse isso dentro do MEC a possibilidade da
667 Empresa, mas não tínhamos as informações de que ela estava sendo constituída nesses moldes. A
668 EBSEH foi gestada na Casa Civil e na época tudo que era feito na Casa Civil, obviamente
669 passava pela Ministra Dilma e quando foi publicada a Portaria a Ministra já era a presidenta
670 eleita do nosso país. No ano de dois mil e onze, já baseado nesses recursos que vieram da Saúde
671 e os recursos do MEC, foram investidos cento e setenta e sete milhões nos Hospitais Federais:
672 cinquenta e três milhões em unidades hospitalares para fazer reformas e algumas ampliações,
673 onze milhões para fazer pequenas construções, destinados a mais cinco hospitais e doze milhões
674 para um único hospital, que foi o nosso, para início da construção do futuro Hospital Escola da
675 Universidade Federal. Essa foi a primeira leva de recursos que saiu, onde nós fomos
676 privilegiados com doze milhões em um orçamento estimado em cento e vinte, para a conclusão
677 do nosso hospital. A partir daí foi providenciado imediatamente pela Diretoria, baseado sempre
678 nos relatórios, reequipamento do parque tecnológico e foi um gasto em torno de oitenta e nove
679 milhões, para compra de equipamento de ressonância, tomógrafo, raio-X, telecomandados,
680 ultrassom, equipamentos de ecografia, hemodinâmica, etc. Foi um bloco de oitenta e nove softers
681 de imagens no pregão nacional, contemplando todos Hospitais Federais e nós fomos também
682 contemplados. Foi criado outro programa destinado a centro cirúrgico e UTIs de todos federais,
683 também. Aí foram mais setenta e dois milhões de Reais investidos. A partir desse momento foi
684 iniciada a implantação de um projeto de tecnologia de informação, que foi decisão do Secretário

Car



685 Executivo do Ministério, secretário Paim, que fazia parte do Conselho de Administração do
686 Hospital de Clínicas de Porto Alegre, e decidiu utilizar o sistema que já funcionava naquele
687 hospital, que chamamos de aplicativo de gestão dos hospitais universitários, que foi criado no
688 Clínicas, que é um sistema de informática que faz toda a gestão dos hospitais. Esse sistema foi
689 disponibilizado para os quarenta e seis Hospitais Federais estão gradativamente fazendo essa
690 implantação, tendo Clínicas como modelo para os Hospitais Federais. A versão 3.0 desse sistema
691 deve estar em seis hospitais universitários e a versão 4.2 está sendo colocada em mais vinte onde
692 nós estamos incluídos, neste ano ainda nós estamos em processo disso, já vieram os recursos para
693 compra das máquinas, as máquinas já foram distribuídas para nós e tudo o que procura de infra-
694 estrutura de UTI. Até dois mil e treze, por determinação do Ministro, todos os quarenta e seis
695 devem estar com o sistema implantado para que essa comunicação também seja mais efetiva. Foi
696 feito um pregão nacional, pra aquisição de fármacos, que aí já envolve custeio dos hospitais, no
697 ano de dois mil e onze, que passou dos quatrocentos milhões de Reais. Nós fomos contemplados
698 com antimicrobianos e isso tirou um peso da necessidade do hospital comprar com recursos do
699 SUS, coisa que o Ministério estava distribuindo a nível nacional. Nesse pregão, eu lembro, que
700 foi contratado na época o INDG, que é um Instituto de Desenvolvimento de Gestão, que pegou
701 quatro Hospitais Federais de grande porte e analisou o consumo desses hospitais, os cinco mil
702 itens que utiliza. Esse pregão dos antimicrobianos foi 0,5 % dos cinco mil itens. Só nesse pregão
703 o Ministério obteve uma economia, se tivesse sido comprado direto pelos hospitais, de cento e
704 treze milhões de Reais nesses itens. No ano de 2009, já na lógica do REUF, os hospitais
705 custavam para o MEC 3,6 bilhões de Reais anual; em 2010 – 3,9 bilhões em investimento nos
706 Hospitais Federais; em 2011 – 5,2 bilhões; em 2012 – 6,3 bilhões e para 2013 já estão projetados
707 mais de 7 bilhões, para investimento nos Hospitais Federais. De tudo que o REUF criou, que era
708 renovação do parque tecnológico (conseguimos), custeio (conseguimos) e nós conseguimos
709 também, além do custeio do REUF, mais recursos por fora para ajudar em função do
710 endividamento de nosso hospital, como todos os outros federais estão hoje, e nós na casa de
711 quase quinhentos milhões de dívida dos quarenta e seis. As reformas, as ampliações e as
712 construções estão contempladas no REUF, porém as contratações de pessoal, que cada vez se
713 agrava mais, somente ocorrerão através da EBSEERH. O Ministro foi bem claro e disse que a
714 EBSEERH contrataria, sem ela não tem recomposição do quadro dos Hospitais Federais. Por isso
715 fiz todo o histórico para vocês entenderem o por quê de chegarmos na EBSEERH. Esta empresa
716 passou nesse momento a ser uma Política de Estado e não de Governo. Estipulou-se uma matriz
717 baseada em todas as informações e essa matriz foi feita em cima de um cálculo do número de
718 leitos, da ocupação de cada hospital e de toda a realidade de cada Instituição, para um
719 levantamento do pessoal necessário para contratação. Essa matriz já está disponível no MEC e
720 ela está sendo aplicada em todas as Universidades que já aderiram e por consequência seus
721 hospitais já estão recebendo visitas de uma equipe de técnicos: um Diretor da EBSEERH e dois
722 colaboradores da qual eu também faço parte como colaborador, que vai fazer todo o
723 levantamento das informações que o hospital enviou. Vê a realidade *in loco* e vê o que necessita
724 a partir desse momento em recursos humanos e de todos os outros recursos. Também as
725 necessidades além do que já foi colocado pelo Governo para fazer nos Hospitais Federais. Esse
726 levantamento foi feito através de uma matriz e essa vai contar, obviamente, com os funcionários
727 contratados pelo regime RJU, e depois terá uma discussão da cedência deles para a Empresa e
728 etc. A EBSEERH entraria com a complementação desses funcionários, para deixar o quadro de
729 pessoal equacionado e há também atendendo a um Acórdão do TCU que nos deu prazo até 31 de
730 dezembro, para que tirem todos os funcionários ilegais contratados pelas Fundações de Apoio, ou
731 seja, a partir de 31 de dezembro, a Universidade que não tiver ainda conseguido na sua
732 localidade resolver essa questão do entendimento da EBSEERH, já estará incorrendo nessa
733 ilegalidade apontada pelo TCU. Nas reuniões que temos eventualmente, que são quinzenais, no
734 MEC, tem um membro do TCU que toda reunião pergunta da lista das universidades que já
735 aderiram e as que não aderiram. De uma forma bastante incisiva que eles fazem, porque a política
736 deles é a seguinte: a adesão, e a nossa já foi através de um ofício do Reitor manifestando
737 interesse em discutir a adesão à EBSEERH, que foi uma orientação do próprio MEC que fosse

Paim



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 03/2012 – FLS. 15 de 31

738 feito isso para que tivéssemos porta aberta para conseguir alguns recursos extras, para conseguir
739 sobreviver com o hospital até o final do ano. O Professor Cesar fez e depois passou pelo
740 Conselho Diretor e não havia passado a discussão pelo Conselho Universitário. Apenas essa carta
741 nos tirou da lista dos hospitais que ainda não manifestaram a simpatia ou interesse em discutir a
742 EBSEH. Isso nos tirou, pelo menos, do foco da intervenção imediata do TCU já em janeiro.
743 Atualmente existem vinte e seis hospitais que já manifestaram esse interesse e estão em
744 discussão e dezessete universidades. Tem mais seis hospitais que estão entrando, que não são do
745 MEC, são hospitais do Rio de Janeiro, que atualmente são hospitais do Ministério da Saúde que
746 quer ceder esses hospitais para a gestão da EBSEH. A empresa, além dos quarenta e seis, pode
747 herdar alguns hospitais que o Ministério da Saúde se sente incapaz de fazer uma gestão mais
748 profissional e que tem um custo muito elevado, como é o caso que temos em Porto Alegre, o
749 Grupo Hospitalar Conceição, que pertence ao Ministério da Saúde, mas não foi, e sim os do Rio.
750 No Ministério do Planejamento e Orçamento existe a um Departamento (DEXT) que controla
751 todas as contratações, que vai controlar também a EBSEH, porque é uma estatal. Na DEXT
752 vemos que existem as estatais que são hoje dependentes do Tesouro Nacional, que é o caso da
753 EMBRAPA e a EBSEH. E os que não são dependentes do Tesouro Nacional, que é o caso do
754 Banco do Brasil, porque o Governo é acionista, e a Petrobrás também. O próximo passo será
755 provavelmente daqui mais um tempo, o recebimento de um documento que deverá ser
756 preenchido com informações do hospital e depois disso vem um grupo fazer a visita e checar as
757 necessidades que levantamos, para que seja feito chegar a um número de quanto é necessário de
758 pessoal para contratação para este hospital conseguir tocar em frente as políticas determinadas
759 pelo MEC. A partir desse momento, se for aprovada a EBSEH, será gerado um relatório e será
760 feita uma minuta de contrato. Essa Minuta de Contrato será da EBSEH com a Universidade
761 Federal e essa Minuta de Contrato obviamente antes da implantação de qualquer coisa terá que
762 ser discutida, para ver o que a EBSEH pede do hospital, o que ela propõe para o hospital e qual
763 é a finalidade dela no nosso hospital. Todo pessoal que precisar ingressar, será através de
764 concurso público, só que pelo regime CLT, e já foi apontado pelo TCU, que o Regime Jurídico
765 Único não contempla as necessidades de gestão dos Hospitais Federais. Foi estipulado que será
766 regime CLT. Essas pessoas num primeiro momento será feito um processo simplificado único,
767 com pontuações que já foram aplicadas para o Hospital do Piauí, com contrato de dois anos,
768 podendo ser renovado por mais dois, sendo somente após isso, feito o concurso definitivo.” A
769 partir desse momento, vários questionamentos foram feitos por parte dos conselheiros, o que foi
770 muito bem respondido pelo Doutor Vicente, que lembrou aos conselheiros que temos um prazo e
771 temos que decidir, pois o hospital está agonizante. A verba serve apenas para cobrir a folha e
772 pagamento e não há recursos para comprar medicamentos. Falando em autonomia a Lei 8.080 já
773 tirava a autonomia da universidade. Sabia que era uma responsabilidade muito grande, mas quem
774 não vive a vida do hospital não sabe das angústias vividas lá dentro. A ponto de literalmente
775 perder sono, só eles sabem do peso que está sobre seus ombros, pois eles têm compromissos com
776 as pessoas. Lembrou que o Conselho deve respaldar essa decisão, pois a partir de dezembro o
777 novo Reitor estará desamparado. Se o Conselho decidir que não irá aderir à EBSEH, o TCU
778 virá questionar. O senhor presidente disse que teremos mais oportunidade para discutir o assunto
779 e que os conselheiros dessem oportunidade aos outros colegas que desejassem se manifestar e
780 solicitou que estes questionamentos fossem refeitos quando os Diretores estivessem presentes. A
781 seguir, fez a seguinte manifestação: “Antes de agradecer a presença dos convidados, Dr. Vicente
782 e Dr. Cristina, quero dizer poucas palavras, mas fazer uma referência de quem viveu o começo
783 do Hospital de certa maneira, o começo da FAU e que acredito que pouca gente daqui vivenciou
784 isso. A FAU foi criada quando ainda a Faculdade de Medicina Federal ainda não tinha
785 praticamente nada do seu hospital e vivia de poucos leitos dentro da Beneficência. Ela foi criada
786 graças ao Diretor da Faculdade de Medicina, Professor Naum e também com a colaboração
787 fundamental do Luiz Osório Rocha dos Santos, que todos conhecem, que foi Pró-Reitor da
788 Gestão do Professor Gigante, foi Pró-Reitor da UNIPAMPA e agora está retornando
789 provavelmente, creio eu, deverá ser Assessor ou Pró-Reitor da próxima gestão. Portanto, ele tem
790 uma vivência muito grande na questão hospitalar. Ele mesmo conhece muito bem, porque foi um

Cesar



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 03/2012 – FLS. 16 de 31

791 dos fundadores da FAU. E me lembro, porque era Diretor da Medicina, Vice-Diretor da
792 Medicina e nós vivenciávamos os problemas graves da falta de dinheiro do hospital. Então eu
793 fico muito tranquilo em dizer que, embora essa discussão seja até o dia 31 de dezembro, teremos
794 que tomar uma decisão. O resto, os contratos a serem feitos, se por ventura o Conselho aderir,
795 tudo isso vai ter gente que conhece muito bem. Isso deixa todos nós respaldados também com
796 relação a esse tipo de abordagem. Também queria dizer que no dia trinta e um de dezembro ainda
797 seria Reitor e a decisão de despedir todos os funcionários da FAU vai depender de mim e o TCU
798 já foi incisivo. Lamento muito dizer que vocês vão ter que discutir, conversar nas suas Unidades,
799 façam isso rapidamente, imensamente, pela manhã, à tarde e à noite, sobretudo os pertencentes às
800 áreas da Saúde. Convidem a Professora Luciane para todas as discussões, porque é da área da
801 Enfermagem e conhece melhor que todo esse assunto. É fundamental que discutam isso até o dia
802 trinta e um. Nesse dia eu não queria ter o dissabor de chegar para todos os quatrocentos
803 funcionários e suas famílias e dizer: o Conselho Universitário dispensou todos, vocês vão
804 embora, muito obrigado. Se virem. Temos responsabilidade de atendimento ao hospital? Temos.
805 Temos responsabilidade com as famílias? Temos, mas muito mais com a formação de pessoal.
806 Foi muito bem dito pela conselheira Celeste, que a formação é fundamental. É para todos nós,
807 senão o HE não existiria. Ele existe porque temos que formar médicos, enfermeiros,
808 nutricionistas e demais profissionais, mas também temos que atender pessoas. Não tem saída e
809 isso tudo PE importante? Claro que é. E se me perguntarem se é mais importante isso para mim,
810 como professor de Medicina do que quem vai receber mais salário, vai receber menos salário, vai
811 ser CLT ou Regime Jurídico Único, para mim, como Diretor da Unidade pouco importa. O
812 importante é a formação do aluno, pois tenho que formar médicos. Tenho que formar
813 enfermeiras. O reto é importante? Claro que é, mas é muito menos importante. Aqui está sendo
814 tratada a questão dos servidores do hospital, de quanto vão ganhar, como vão ganhar, como fica
815 sua situação financeira. É obvio que isso é importante, mas não esqueçam de que, sem um
816 hospital universitário adequado, não vamos formar ninguém. Digo isso com toda a
817 tranquilidade, porque vou sair da Universidade daqui a um ano no máximo, pois estarei me
818 aposentando. Quem viu o hospital universitário, quando cheguei em 1977, e quem o vê
819 atualmente, é completamente diferente. Estamos com pressão sobre a decisão, é obvio. Somos
820 refêns? Somos refêns sim do Governo. Se é uma Política de Governo, que dura dois anos ou se é
821 uma Política de Estado como diz o Dr. Vicente, para nós não vai mudar nada. O hospital pode
822 fechar. Se fechar, vai fechar Medicina, Enfermagem, Nutrição e o resto. A decisão é dos
823 conselheiros. Se vão aderir ou não, não tem problema. Se não aderirem, é claro que o hospital
824 não vai fechar por causa disso. O nosso orçamento cobre as despesas básicas do hospital, mas o
825 resto não sei como vai acontecer. Felizmente, e vou ser um irônico, mas vou dizer: felizmente
826 não serei o Reitor para tomar essa decisão. Será outra administração que terá de tomar essa
827 decisão pelos senhores. Se vamos ou não aderir, uma coisa é certa: será que ser tomada até trinta
828 e um de dezembro, depois se quiserem rasgar o papel, é obvio que não é certidão eterna. Quero
829 deixar bem claro que até o dia trinta e um teremos de tomar esta decisão. Também parece
830 importante e a pergunta que gostaria de fazer, é com relação à autonomia da Direção do hospital.
831 Eu entendi que o Diretor é escolhido pelo Reitor. Se é assim, pode ser feita eleição e as Unidades
832 que escolhem e o Reitor acolhe. Isso já entendemos que será assim. Os outros cargos eu não sei
833 se também são assim ou é a empresa que define quem são os outros cargos dentro do hospital?"
834 O senhor Vicente respondeu: "Os cargos de Direção serão todos RJU, escolhidos entre Reitor,
835 EBSEH e Hospital." O senhor presidente solicitou continuar a discussão em outra data e
836 agradeceu a presença do Sr. Vicente. A conselheira Lucia pediu licença para falar e pediu para
837 dar a sugestão de que o próximo Reitor fizesse parte das próximas reuniões. O senhor presidente
838 respondeu que isto poderia acontecer sem problema nenhum, mas que esta discussão iria retornar
839 a este Conselho depois de doze de novembro do corrente ano. A conselheira Luciane convidou
840 para reunião que ocorreria na Faculdade de Enfermagem, no dia vinte e dois de outubro às
841 dezenove horas e trinta minutos para debate do assunto, inclusive com a presença do Senhor
842 Vicente. Também haveria discussão no dia 22 de outubro, no auditório da Faculdade de
843 Medicina e o Dr. Vicente estaria participando, No dia 31 estariam no auditório da Faculdade de

Assinatura



844 Direito com a presença da Professora Claudia Marshi da Universidade Fluminense. Senhor
845 Vicente, antes de se despedir, fez um apelo: “Que os senhores, na reunião que forem fazer sobre
846 a empresa, não decidam a adesão ou não, mas permitam que as avaliações possam ter início e que
847 o grupo possa vir para fazer as avaliações. Isso nos tira da zona de risco e nos coloca em uma
848 zona de que o Conselho respalda que os técnicos do MEC venham fazer a avaliação, não
849 significa que já estamos assinando o contrato. Este é um outro passo, mas isso nos tira daquela
850 zona que vai nos colocar em risco e do foco do TCU. Nos tira do risco de não ter recursos. Vão
851 continuar com o risco de pessoal enquanto não tiver contrato, mas abre para que o pessoal venha
852 fazer avaliação *in loco*, levantar as necessidades e formatar uma Minuta de contrato. Depois, aí
853 sim, vamos decidir se queremos ou não o contrato, mas não fechar e começar a fazer debate, não
854 permitindo nem que eles venham. Pelo menos vamos respaldar a vinda deles. É um passo e
855 depois vamos discutir o contrato, pois assim tira a necessidade de demissões no final do ano. Tira
856 esse risco da falta de recursos e estes recursos não virem mais através do REUF, pois vamos
857 precisar e dando um tempo maior para as discussões, pois abriremos um campo maior para isso.
858 Concluindo, gostaria de agradecer a todos os senhores, pois muitos eu não conheço, a
859 disponibilidade em me ouvir e dizer que também estou a disposição na Direção do Hospital
860 Escola, para qualquer esclarecimento que eu puder dar. Eu sempre disse que tudo aquilo que eu
861 puder ser transparente, transmitir, sempre farei. Naquilo que eu puder colaborar, em todas as
862 reuniões para tratar desse assunto, me coloco a disposição dos senhores. Muito obrigado pela
863 atenção.” O senhor presidente disse que gostaria de perguntar ao Conselho se alguém se opunha
864 sobre a possibilidade de que os técnicos do MEC pudessem vir à Universidade. Sem nada em
865 contrário, passou ao **Item 3 – Processo nº 23110.008032/2012-53 – Novo Regimento dos**
866 **Centros como Unidades Acadêmicas.** O senhor presidente disse que o assunto, após exaustivo
867 debate pelo conjunto dos Diretores, foi trazido ao Conselho na última reunião deste Conselho e
868 ficou resolvido que todos os Diretores dos Centros se reuniram e trariam uma proposta
869 consensual, esta que estava sendo trazida e pediria para o conselheiro Lauer que abordasse.
870 Acreditando que haveria o acordo de todos, poderíamos facilmente deliberar sobre isso, uma vez
871 que todos já concordavam com o texto. Feito isso, seguiríamos a análise do segundo item, que
872 era fundamental para uma reunião no Ministério da Integração Nacional, sobre o Regimento da
873 Lagoa Mirim, deu a sugestão que o restante da pauta ficasse para ser analisado em outra reunião,
874 por tratar de assuntos mais simples, e talvez um ou dois temas bastante simples, poderiam tratar
875 naquela reunião, para que não fossem prejudicados os estudantes de intercâmbio e explicaria a
876 proposição mais tarde. Disse a todos que teria de fazer, em função das atividades da
877 Universidade, vinculadas aos assuntos internacionais, sobretudo assuntos de integração na
878 fronteira Brasil/Uruguai, da qual a Universidade é responsável pelo tratado, teria que fazer duas
879 ou três viagens a Montevideo. Pediu autorização do Conselho para isso. Disse que todos sabiam
880 que as viagens dos servidores da Universidade são liberadas pelo Reitor, segundo Resolução
881 Ministerial, porém as viagens do Reitor devem ser autorizadas pelo Conselho Universitário.
882 Portanto, estava antecipando a solicitação para fazer estas viagens ao Uruguai tratada pelo
883 Consulado de Montevideo. Deixou a palavra com o conselheiro Lauer, para que ele relatasse o
884 Regimento dos Centros: “Esse processo, que está para aprovação do Conselho Universitário,
885 trata dos dispositivos para o funcionamento dos Centros. Uma proposta de Regimento comum a
886 todos os Centros. Este documento já foi publicado através da Portaria nº 1.260, de agosto de
887 2011, como forma de amparar os Centros que já estavam sendo constituídos naquela época e
888 precisavam de um mínimo de regramento. Esta Portaria foi adotada pelos Centros a partir
889 daquele momento, tomando como base os critérios estabelecidos no Conselho Universitário, no
890 momento da transformação das Unidades Acadêmicas transformadas em Centro e durante este
891 período de agosto de 2011 até a atual data houveram alguns ajustes necessários, que foram
892 realizados a partir de várias reuniões, feitas com todos os Diretores dos Centros que existem
893 atualmente na Universidade e está submetido para aprovação nesta reunião. Na Resolução
894 constam dispositivos bastante gerais e bastante precisos e ao mesmo tempo permitem uma
895 flexibilidade muito importante para que os Centros possam adaptar-se a ele em função de suas
896 especificidades.” O conselheiro Paulo Borges solicitou fazer uso da palavra, que foi concedido:

Paulo Borges



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELotas
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 03/2012 – FLS. 18 de 31

897 “Bom dia a todos os conselheiros. É importante frisar, pois temos muitos conselheiros novos,
898 recentemente ingressantes no Conselho Universitário, de que este assunto dos Centros vem sendo
899 debatido desde 2009. Portanto em 2010, este Conselho aprovou a integração da palavra Centro
900 junto com o Estatuto e Regimento da Universidade, juntamente com outras Unidades
901 Acadêmicas, como Faculdades, Institutos e Escolas. Portanto, os Centros já estão constituídos no
902 Estatuto da Universidade, aprovados por este Conselho. É importante salientar também que em
903 2010 foi ainda aprovada uma estrutura para aquelas Unidades que quisessem compor os Centros
904 e estes comporiam estes Centros a partir de uma Estrutura Base, aprovada aqui por este Conselho
905 Universitário. No caso do Centro de Letras e Comunicação, este Conselho aprovou por ampla
906 maioria e apenas com duas abstenções, que depois os conselheiros informaram que não tinham
907 conhecimento muito grande do assunto e por isso se abstiveram, mas em hipótese alguma eram
908 contrários à criação do Centro de Letras e Comunicação, assim como foram aprovados os outros
909 Centros que compõem a Universidade Federal de Pelotas, aqui neste Conselho. Portanto, estamos
910 tratando aqui de uma questão de legitimidade. Estamos tratando aqui de uma questão de, no caso,
911 do Centro de Letras e Comunicação especificamente, do qual sou Diretor, que tem nove cursos
912 de graduação e dois cursos de Pós-Graduação, e que está trabalhando a pleno para o
913 desenvolvimento da Universidade Federal de Pelotas e que não pode, em hipótese alguma, ser
914 prejudicado por uma questão legal que deve ser aprovada por este Conselho, no nosso
915 entendimento. Temos de ter segurança administrativa de administrar as nossas Unidades.
916 Portanto, o que temos aqui e que estava a disposição de todos os conselheiros na Secretaria dos
917 Conselhos, a partir de segunda-feira, é simplesmente uma adequação, uma aproximação do que
918 já é atualmente feito para as Faculdades, para os Institutos e para as Escolas. Solicito a este
919 Conselho que esta Resolução seja aprovada hoje, porque temos de seguir a vida dos Centros, por
920 exemplo, o Centro de Letras e Comunicação, que já está com o Estatuto pronto e simplesmente
921 aguardando a aprovação desta Resolução, para ser encaminhado ao Jurídico e ao COCEPE, para
922 apreciação. Isso envolve, m sim a vida de muitos Cursos, a vida de muitas pessoas e entendemos
923 que este Conselho, obviamente dentro de sua soberania, deve ser maduro para entender a
924 necessidade desta aprovação. Solicito, portanto, a todos os conselheiros que isso seja feito no dia
925 de hoje.” Nesse momento a conselheira Ediane Acunha solicitou a palavra, que foi concedida:
926 “Encaminhei no início da reunião um documento solicitando que estas questões de Regimento, m
927 de regulamentação relativas a estruturação da Universidade, fossem remetidas na formado
928 Regulamento da Universidade, e para a Comissão de Legislação e Normas, para emitir parecer a
929 respeito e não estou retirando esse encaminhamento. Mantenho o encaminhamento para esse
930 ponto e os seguintes que tratam de regulamentos.” Senhor presidente respondeu que concordava
931 plenamente que todos os documentos sejam encaminhados à Comissão de Legislação e Normas,
932 mas havia pensado que, com a aprovação do Conselho, seria encaminhado a esta Comissão, para
933 revisar se a redação do texto está de acordo com as Normas da Universidade, com a legislação
934 em vigor. Se houver o parecer favorável, da Comissão, entra em vigor imediatamente, se não,
935 retorna a este Conselho. Sempre foi esse o encaminhamento e queria deixar claro, pois entendia
936 que a conselheira não estava acostumada com as tramitações do Conselho. Gostaria de deixar
937 claro, que se fosse aprovado naquela reunião imediatamente deveriam recompor a comissão, que
938 estava defasada. E este era outro item que solicitava colocar na pauta do dia. Após mais algumas
939 colocações, foi votada a composição da Comissão de Legislação e Norma, ficando da seguinte
940 forma: Professor Alexandre Gastal, Técnica-Administrativa Ediane Sievers Acunha e Discente
941 Frederico Schmachtenberg. A seguir o senhor presidente passou ao **Item 4 - Processo nº**
942 23110.008031/2012-17 – Novo Regimento da Agência da Lagoa Mirim – ALM – O conselheiro
943 Manoel Maia relatou os projetos da Agência da Lagoa Mirim e o processo foi encaminhado à
944 Comissão de Legislação e Normas. De pronto o senhor presidente passou ao **Item 14 - Processo**
945 nº 23110.002592/2011-13 da Faculdade de Medicina – Indicação do nome do Professor J Patrick
946 Vaughan – Título “Honóris Causa” – Aprovado por unanimidade. Logo a seguir foi analisado o
947 **Item 15 - Processo nº 23110.005306/2010-91 da Faculdade de Direito – Indicação do nome do**
948 Professor Aldyr Garcia Schlee FD/UFPel, para concessão do título de Professor Emérito (
949 homologar “ad referendum” do senhor presidente) – Aprovado por unanimidade. Seguindo a

Ass



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 03/2012 – FLS. 19 de 31

950 reunião o senhor presidente relatou o Assunto das Mobilidades Acadêmicas: oito bolsas no valor
951 de US\$ 3.300,00 por aluno e quinze bolsas de US\$ 500,00 mensais. A conselheira Suellen
952 solicitou que as bolsas fossem distribuídas entre alunos de todas as áreas. Colocado em votação,
953 foi aprovado por unanimidade. De pronto foi analisado o **Item 12 - Processo nº**
954 **23110.008336/2011-30 da Faculdade de Administração e Turismo – Processo de**
955 **Desmembramento do Departamento de Administração e Turismo – DAT – Conselheiro Edar**
956 **Añaña –** Esse é um processo que vem se arrastando desde 2010, quando a Faculdade saiu ainda
957 da antiga Faculdade de Ciências Doméstica, que era um único núcleo, a partir do qual foram
958 criados três cursos de graduação. Na época da criação desse Departamento ainda sob a
959 denominação de Faculdade de Ciências Domésticas, criou-se um Departamento, na época com
960 nove ou dez professores, eu não lembro porque não estava ainda presente. Posteriormente
961 criaram-se os cursos, primeiramente Administração diurno/noturno e depois o curso de Turismo
962 e recentemente o curso de Gestão Pública. Como a área de Turismo tem características
963 específicas, que aproximam muito mais ou aproximam mais da área das Humanas do que
964 propriamente da área gerencial em alguns casos, é uma área de conhecimento que tem
965 necessidades próprias. Na prática, esse Departamento já vem funcionando como se dois
966 Departamentos fossem. Particularmente a partir de outubro de 2010, estamos fechando dois anos,
967 quando se iniciou esse processo, os trabalhos, a construção de conhecimento vem sendo
968 basicamente separada. O processo já tramitou na Faculdade por duas vezes, e estamos na
969 expectativa de colher os frutos de todo esse trabalho feito ao longo de dois anos. Chegaram as
970 gratificações e esperamos que o Conselho homologue a decisão do Reitor, que já está em fase de
971 implantação.” A conselheira Luciane comentou que esse assunto se referia aos demais assuntos
972 que tratam de estrutura e sugeriu que fosse encaminhado à CLN. O senhor presidente aceitou a
973 sugestão e encaminhou à CLN, com a manifestação do conselheiro Edar Añaña. Colocou em
974 votação a sugestão, que foi aceita. Nesse momento o conselheiro Carlos Tillmann solicitou se
975 referir ao **Item 08 - Processo nº 23110.005765/2009-35 do Centro de Engenharias –**
976 **Transformação do Curso de Engenharia Industrial Madeireira em Engenharia Florestal –** O
977 conselheiro Carlos Tillmann disse ser esta uma matéria vencida, pois foi encaminhada pelo
978 MEC, à PRG, fizemos uma proposição de defesa e foi aceita. O curso já foi até reconhecido,
979 tendo seu registro no Conselho de Engenharia. Solicitou a retirada de pauta, sendo o processo
980 arquivado. Aprovado pelo Conselho. **Item 22 - Autorização de viagens do Reitor ao exterior –** O
981 senhor presidente disse que havia feito referência no início da reunião, de que os afastamentos do
982 Reitor devem ser aprovados pelo Conselho Universitário. Disse que tinha previsto apenas a
983 reunião que deveria ir em Montevideo e no dia seguinte a Buenos Aires, do dia 22 a 25 de
984 outubro. Entretanto, dias 6, 7 e 8 de novembro seria possível, mas não poderia confirmar, e
985 pediria autorização do Conselho, para participar de reunião internacional, proposta pelo
986 Itamarati, em Macau ou Alemanha. Dia 27 e 30 de novembro, reunião possivelmente da
987 UNASUL em Buenos Aires. Pediu autorização do Conselho e informou ainda que, “ad
988 referendum” participara de reunião no Japão com a Delegação Brasileira, que teve a honra de
989 chefiar havia dois meses, por convite do Itamarati e também a Israel em vinte e sete de fevereiro
990 e posteriormente em Bogotá durante três dias e uma participação da mesa redonda como
991 representante brasileiro em Vigo, na Espanha, durante o mês de abril. São atividades que foram
992 autorizadas “ad referendum”, mas precisava trazer ao Conselho. Sem questionamentos, foi
993 colocado em votação e aprovado por unanimidade. Marcada reunião para a semana seguinte.
994 Sem mais, o senhor presidente deu por encerrada a reunião às doze horas e cinquenta e nove
995 minutos, do que para constar, eu Roseméri Roseméri Gomes Gonçalves, Secretária dos
996 Conselhos Superiores, lavrei a presente Ata que, depois de aprovada, foi igualmente assinada
997 pelo senhor presidente. Aos **vinte e seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze,**
998 com início às oito horas e trinta minutos, na Sala do Conselho Universitário, sito à Praça Sete de
999 Julho, 180, realizou-se sessão extraordinária do Conselho Universitário - CONSUN da
1000 Universidade Federal de Pelotas, convocada e presidida pelo Professor **Antonio Cesar**
1001 **Gonçalves Borges**, Magnífico Reitor, com a participação dos seguintes conselheiros: **Manoel**
1002 **Luiz Brenner de Moraes**, Vice-Reitor, **Orlando Antonio Lucca Filho**, Pró-Reitor de

Roseméri



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 03/2012 – FLS. 20 de 31

1003 Planejamento e Desenvolvimento; **Cláudio Manoel da Cunha Duarte**, Pró-Reitor de
1004 Graduação; **Manoel de Souza Maia**, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação; **Luiz Ernani**
1005 **Gonçalves Ávila**, Pró-Reitor de Administração; **Gilberto de Lima Garcias**, Pró-Reitor de
1006 Extensão e Cultura; **João Francisco Nascimento Hobuss**, Pró-Reitor de Assuntos Estudantis;
1007 **Roberta Rodrigues Trierweiler**, Pró-Reitora de Gestão de Recursos Humanos; **Érico Kunde**
1008 **Correa**, Pró-Reitor de Infraestrutura; **José Francisco Gomes Schild**, Diretor da Escola Superior
1009 de Educação Física; **Ledemar Carlos Vahl**, Diretor da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel;
1010 **Márcia Bueno Pinto**, Diretora da Faculdade de Odontologia; **Alexandre Fernandes Gastal**,
1011 Diretor da Faculdade de Direito; **Thomaz Lúcia Júnior**, Diretor da Faculdade de Veterinária;
1012 **Edar da Silva Añaña**, Diretor da Faculdade de Administração e Turismo; **Jonas da Costa**
1013 **Carvalho**, Diretor da Faculdade de Meteorologia; **Lúcia Maria Vaz Peres**, Diretora da
1014 Faculdade de Educação; **Gladis Aver Ribeiro**, Diretora do Instituto de Biologia, **Sidney**
1015 **Gonçalves Vieira**, Diretor do Instituto de Ciências Humanas; **Victor Paulo Barros Gonçalves**,
1016 Diretor do Instituto de Física e Matemática; **Lauer Nunes dos Santos**, Diretor do Centro de
1017 Artes; **Sérgio Luiz dos Santos Nascimento**, Diretor do Centro de Ciências Químicas,
1018 Farmacêuticas e de Alimentos; **Alvaro Augusto Borba Barreto**, Diretor do Instituto de
1019 Sociologia e Política; **Luciane Prado Kantorski**, Diretora da Faculdade de Enfermagem e
1020 Obstetrícia; **Antonio César Silveira Baptista da Silva**, Diretor da Faculdade de Arquitetura e
1021 Urbanismo; **Jonas da Costa Carvalho**, Diretor da Faculdade de Meteorologia; **Márcia Rúbia**
1022 **Duarte Buchweitz**, Diretora da Faculdade de Nutrição; **Paulo Ricardo Silveira Borges**, Diretor
1023 do Centro de Letras e Comunicação; **Odir Antônio Dellagostin**, Diretor do Centro de
1024 Desenvolvimento Tecnológico; **Carlos Antonio da Costa Tillmann**, Diretor do Centro das
1025 Engenharias; **Jabr Hussein Deeb Haj Omar**, Diretor do Centro de Integração do MERCOSUL;
1026 **Heloisa Helena Duval Azevedo**, Diretora do Centro de Educação a Distância; **Iná da Silva dos**
1027 **Santos**, representante dos Professores Titulares; **Carmen Helena Jacques Lemes**, suplente do
1028 representante dos Professores Titulares; **Álvaro Leonardi Ayala Filho**, representante dos
1029 Professores Associados; **Leonardo da Silva Oliveira**, representante dos Professores Adjuntos;
1030 **Willian Silva Barros**, representante dos Professores Adjuntos; **Celeste dos Santos Pereira**,
1031 representante dos Professores Assistentes; **Vanessa Caldeira Leite**, representante dos
1032 Professores Assistentes; **Flávio Fernando Demarco**, representante dos Coordenadores de
1033 Cursos de Pós-Graduação; **Márcia Foster Mesko**, representante dos Coordenadores de Cursos
1034 de Graduação; **Tiago Veiras Collares**, representante dos Coordenadores de Cursos de
1035 Graduação; **Elizabeth Helbig** representante do COCEPE; **José Luiz de Pellegrin**, representante
1036 do COCEPE; **Eduardo Algayer Osório**, do representante Comunitário; **Jairo Fonseca de**
1037 **Azevedo**, representante Comunitário; **Frederico Schumachtenberg (suplente)**, **Daniela**
1038 **Lumertz da Luz**, **Lawrence Estivalet**, **Sérgio Estevão Silva**, **Laura Moschoutis** e **Suellen de**
1039 **Medeiros Cortes**, representantes discentes; **Ediane Sievers Acunha**, **Edimar Gonçalves**
1040 **Ribeiro**, **Gustavo Alves Andrade**, **Mara Lucia Vasconcellos da Costa**, **Rosendo da Rosa**
1041 **Caetano**; **Vilson Borba Pinto** e **Willi wetzel Jr**, representantes dos Técnicos Administrativos.
1042 Não compareceram os conselheiros: **Farid Butros Iunan Nader**, Diretor da Faculdade de
1043 Medicina; **Aluizio Jardim Dornellas de Barros**, representante dos Professores Associados;
1044 **Carolina Ziebell Carpena**, representante dos Professores Auxiliares; **Paulo Fernando do**
1045 **Couto Bispo**, representante dos Professores Auxiliares; **Carlos Mário Almeida dos Santos**,
1046 representante Comunitário e **Hércules Gonzáles**, representante discente. Constatada a existência
1047 de quorum legal, o senhor presidente, Professor Antonio Cesar Borges, iniciou a reunião
1048 solicitando ao conselheiro Alexandre Gastal, para relatar os processos que haviam sido
1049 encaminhados à CLN. Primeiramente foi relatado o Regimento dos Centros. O relator informou
1050 que nesse processo, o parecer da CLN, foi no sentido de opinar pela aprovação da proposta,
1051 sugerindo entretanto, a inclusão no Regimento de uma cláusula que assegure a autonomia dos
1052 Centros, para, entendendo conveniente ou necessário, para fins de atender a proporção mínima de
1053 docentes no respectivo Conselho dos Centro, que o Regimento de cada Centro tivesse autonomia
1054 para prever a existência de representação docente, constar a composição do Conselho, porque em
1055 alguns Centros menores pode haver dificuldade de atingir a proporção de 70% do Conselho com

Assinatura



1056 docentes. A idéia foi que o Regimento fosse contemplado com uma cláusula que previsse a
1057 autonomia de cada Centro para que, no seu Regimento, possa incluir essa representação docente.
1058 No mais, foi pela aprovação da proposta. O conselheiro Paulo Borges, solicitou a palavra para
1059 dizer que entendia muito importante o parecer da CLN, e ficava muito satisfeito que a CLN
1060 tivesse dado parecer favorável, haja vista que os Centros já vinham funcionando desde 2010 e
1061 representavam naquele momento um total de quase quinhentos docentes, milhares de alunos,
1062 cento e dez servidores Técnico-administrativos, quarenta e nove curós nos Centros, dos cento e
1063 quatro cursos da universidade. Sete cursos de Graduação e sete cursos *strictu sensu* de pós-
1064 graduação. Já era hora dos Centros terem a sua regulamentação para justamente terem sua
1065 autonomia como têm os Institutos, a Escola de Educação Física e as Faculdades, que compõe a
1066 Universidade. Disse ser muito importante que naquela data aprovassem essa regulamentação e
1067 entendia que essa sugestão da CLN era uma sugestão pertinente também, não trazendo nenhum
1068 prejuízo para o desenvolvimento e o trabalho dos Centros. Portanto, solicitava aos conselheiros
1069 que, pelo fato de essa sugestão não interferir em nada nos Conselhos dos Centros, que fosse
1070 aprovado o processo com essa recomendação da CLN. O conselheiro Ernani Ávila sugeriu que,
1071 na medida em que o Centro tiver um número aquém do mínimo estabelecido na composição do
1072 seu Colegiado, incluir um parágrafo de que fosse tomado emprestado de um outro centros, por
1073 afinidade, para completar essa composição. Dizia isso, porque os dispositivos legais que tratam
1074 de matérias de composições de listas para escolhas de dirigentes quer sejam os dirigentes maiores
1075 das instituições, assim como de Unidades Acadêmicas, se no momento da composição não
1076 tiverem aqueles que poderiam preencher os requisitos, emprestassem-se e a legislação permite,
1077 emprestem-se de outros que guardem afinidade para isso. Se para o maior vale esse regimento,
1078 presumia que, por simetria, esta possibilidade fosse colocada. Ao invés de tratarmos da
1079 autonomia, que já presumia sua existência, não só pela garantia constitucional, conforme artigo
1080 207 e pela Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9.694/96 e poderiam complementar com parágrafo
1081 dispondo sobre isto. O conselheiro Lauer Santos disse que, no mesmo sentido do conselheiro
1082 Paulo, se sentia muito tranquilo ao ver que a CLN tinha aprovado os dispositivos legais que já
1083 haviam sido colocados em funcionamento a partir de uma Portaria de 2011, para assegurar o
1084 funcionamento dos Centros. Disse que tinha acompanhado bastante de perto esse trabalho, como
1085 todos os Diretores dos Centros. Tinha certeza de que esses dispositivos asseguravam a autonomia
1086 dos Centros, na medida em que permite que especificidades de cada área pudessem ser
1087 contempladas nos Regimentos internos. O Centro de Artes, por exemplo, é um Centro muito
1088 grande, que possui atualmente vinte e dois cursos e no momento de sua aprovação já tivera essas
1089 especificidades asseguradas. Esses dispositivos permitiriam adequar suas especificidades de
1090 natureza à construção do seu Regimento. Na época de sua aprovação, em 2010, havia sido
1091 solicitada a inclusão na sua composição de dois Órgãos Suplementares (Museu de Arte Leopoldo
1092 Gotuzo e Conservatório de Música) e, conseqüentemente, dois Diretores Adjuntos, para dar conta
1093 dessa infinidade de vinte e dois cursos. Nesse diapositivo teriam essa possibilidade assegurada
1094 com alguma respectiva maleabilidade dentro da legalidade que deve existir na Instituição. Nesse
1095 sentido reiterava as palavras do conselheiro Paulo de que neste momento deveriam legitimar uma
1096 série de atividades acadêmicas que já vinham funcionando e a partir daquele momento
1097 conseguiriam atingir um status de maior estabilidade dentro da Instituição. O conselheiro
1098 Leonardo reforçou a importância dessa inclusão da representação docente proposta pela CLN,
1099 não só pela representatividade da proporcionalidade dentro do Conselho do Centro, mas sim pelo
1100 fato da representação do docente. Lembro que essa Unidade de Centros não tem Departamentos,
1101 todos os professores são lotados dentro do Centro, logo eles não têm uma relação direta e devem
1102 interagir com várias coordenações, vários cursos. Parece que a representação do professor fica
1103 comprometida se ela não for incluída como está sendo proposto no momento. Considerando
1104 ainda Centros como o que fazia parte (CEng), que já conta com sessenta professores e está cada
1105 vez abrigando mais docentes a representação fica bastante comprometida nesse sentido, já que
1106 tem professores que atuam em disciplinas intermediárias, onde não tem um vínculo direto com
1107 nenhum curso, na verdade, e sim vários cursos, não tendo voz, pois o Coordenador vai defender
1108 certamente interesses do seu Colegiado e não questões referentes ao docente especificamente.

Paulo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 03/2012 – FLS. 22 de 31

1109 Era nesse sentido a sua preocupação apesar da reunião anterior de inclusão da representação
1110 docente dentro do regramento dos Centros. A ele parecia que essa cláusula permitia essa
1111 possibilidade. O conselheiro Erico Kunde falou de sua preocupação em relação à
1112 representatividade docente no Conselho Universitário, pois os Diretores dos Centros
1113 representavam os diversos cursos que abrigavam e não via justiça quando um Diretor
1114 representava vinte e dois cursos, como no caso do conselheiro Lauer e outro Diretor representava
1115 oito cursos, como no caso do conselheiro Carlos Tillmann. Isso não me parece democrático, não
1116 me parece representativo. Temos que pensar em uma forma de ter uma representatividade nesse
1117 Conselho que se faça também um espelho do que é a nossa comunidade, tanto em número de
1118 professores, alunos e servidores, senão teremos uma disparidade no Conselho que é o Órgão
1119 máximo da Instituição. Lucia perguntou se essas mudanças pertinentes a cada curso se passariam
1120 pelo Conselho Universitário ou o Centro possui autonomia para realizá-las. O conselheiro Paulo
1121 Borges respondeu que os Centros já estavam trabalhando nos seus Regimentos e esses
1122 Regimentos seriam encaminhados ao COCEPE, Procuradoria Jurídica e seriam apresentados ao
1123 Conselho Universitário. Logicamente teriam todo um trabalho para, dentro do que a legislação
1124 exige, inclusive a constituição dos Centros, respeitando a LDB, com os Colegiados Superiores
1125 com o mínimo de 70% de docentes, merecerão o histórico detalhado para, justamente, os seus
1126 Regimentos estarem de acordo com a legislação e, portanto, quando viessem para os Conselhos
1127 Superiores para aprovação, a partir de um parecer inclusive da Procuradoria Jurídica, estarem
1128 adequados ao que preconiza a legislação atual. O conselheiro Odir Dellagostin reforçou as
1129 palavras do conselheiro Paulo Borges, com uma pequena correção, dizendo que os primeiros
1130 Centros foram criados em 2009 e o CDTEC tem quatro anos de experiência de funcionamento do
1131 novo modelo de Unidade Acadêmica. No CDTEC discutiram e já elaboraram uma proposta de
1132 Regimento que já foi encaminhada à Secretaria dos Conselhos, para ser apreciada e aprovada no
1133 Conselho Universitário, porém necessitava dessas alterações no Regimento Geral da
1134 Universidade, para que pudessem então estar em sintonia com o marco legal mais amplo. A
1135 sugestão que a CLN fez era apenas um ajuste para atender à legislação superior. Não há nenhuma
1136 dificuldade em fazer os ajustes necessários nos Regimentos Internos dos Centros e permitir assim
1137 um funcionamento legal dos nossos Centros. Acreditava que o modelo de funcionamento através
1138 dos Centros tem diversas vantagens, para algumas Unidades principalmente, para a nossa é um
1139 modelo que estava a funcionando bem, estava dando certo e tinham a expectativa de que
1140 pudessem regularizar a situação em termos de aprovação dos Regimentos em termos de
1141 funcionamento geral dentro da estrutura universitária que a Universidade possui atualmente.
1142 Reforçou a necessidade da aprovação dessa alteração no Regimento, dessa proposta de
1143 regulamentação dos Centros, para que pudessem fazer as adequações necessárias dentro dos
1144 diversos Centros e funcionarem de uma forma regular. O conselheiro Lauer Santos salientou que
1145 na proposta apresentada constam os dispositivos mínimos legais para funcionamento dos
1146 Centros. O conselheiro Paulo Kuschier disse que entendia que cada Centro deveria submeter seu
1147 Regimento a este Conselho. A conselheira Vanessa perguntou a partir de quando este Regimento
1148 entraria em vigor, ao que o senhor presidente respondeu que seria a partir da data de sua
1149 aprovação. O conselheiro Lawrence solicitou esclarecimento ao conselheiro Ernani sobre normas
1150 de consonância com a Lei, se deveriam aplicar a proporção da Lei é de 70/30. Este respondeu
1151 que a escolha dos representantes seria pela afinidade acadêmica. O senhor presidente relatou que
1152 já existiu na Universidade esta afinidade a que o conselheiro Ernani se referiu. Disse que na
1153 época da criação do Conservatório de Música, foi escolhida uma Professora do Instituto de Física
1154 e Matemática, para dirigir o Conservatório. O conselheiro Lawrence concordou com o
1155 conselheiro Ernani e disse que, para complementar o que o conselheiro Lauer havia falado,
1156 propôs para evitar insegurança, que os Centros encaminhassem seu entendimento de qual seriam
1157 os Centros que teriam afinidades para eventual necessidade de colégio eleitoral. O conselheiro
1158 Ernani lembrou que os processos passariam pela análise da Procuradoria Jurídica. Sem mais
1159 manifestações, foi colocado em votação o parecer da CLN. Foi aprovado com quatro (04) votos
1160 contrários e oito (08) abstenções. O conselheiro Lawrence solicitou declarar seu voto contrário, e
1161 encaminhou o registro da votação atropelada, de ter sido ignorado o seu encaminhamento diverso

Ceu



1162 em relação à aprovação, de ter sido ignorada emenda em relação ao artigo 5º e de possível
1163 incidente de ilegalidade pela forma como a votação foi conduzida, além de registrar a
1164 complacência dos demais conselheiros em relação ao atropelo da discussão da representação
1165 discente e da não discussão a este respeito. A conselheira **Ediane** ??? declarou seu voto dizendo
1166 que iria usar o mesmo argumento do Lawrence, pois tentou se inscrever antes do processo de
1167 votação, para esclarecimento. Disse que não estava esclarecida que seria garantido no Centro de
1168 Artes as especificidades, com dois professores: um Diretor e dois Adjuntos. Não enxergava isso,
1169 sendo essa conquista dentro do Centro de Artes. Por esse motivo se absteve e esse seria seu
1170 pedido que não foi visto. O conselheiro Ernani declarou que estava irredimido com a última fala
1171 do conselheiro Lawrence que tratava da generalização da complacência, porque a Lee parecia
1172 que todos que votaram favoravelmente tinham absoluta e singular verticalidade, ou seja, eles não
1173 ficaram atrelados a nada. Então ele queria mostrar sua irredimção e arrostava esse tipo de
1174 posicionamento e reprochava na verdadeira mais contundente esse tipo de manifestação. A
1175 conselheira Daniela também apresentou sua indignação, pois havia ficado totalmente perdida
1176 enquanto estava acontecendo a votação, pois era claro e dava para escutar o conselheiro
1177 Lawrence pedindo um encaminhamento e a mesa passou por cima de sua posição. Por isso não
1178 votou. A seguir passou ao **Item 4 – Processo nº 23110.008031/2012-17 – Novo Regimento da**
1179 **Agência da Lagoa Mirim – ALM.** O conselheiro Manoel Maia solicitou a retirada de pauta, para
1180 providenciar a correção sugerida pela Comissão de Legislação e Normas. A redação seria lida na
1181 próxima reunião. Aprovado o pedido. **Item 5 - Processo nº 23110.005900/2012-43 – Estrutura da**
1182 **Coordenadoria de Convênios e Regimento Interno da Coordenadoria de Convênios.** O
1183 conselheiro Alexandre Gastal disse que o parecer da a Comissão de Legislação e Normas foi no
1184 sentido de aprovar o Regimento Interno da Coordenadoria de Convênios e a proposta de Normas
1185 de Formalização e Execução de Contratos e Convênios da Universidade com as Fundações de
1186 Apoio e ambos estavam de acordo com a legislação vigente, com o Estatuto e o Regimento da
1187 Universidade. Fizeram, entretanto, a recomendação de inclusão no artigo quarto, das Normas de
1188 Formalização e Execução de contratos e convênios da Universidade com as Fundações de Apoio,
1189 de algumas das redações contidas no artigo primeiro, parágrafo terceiro da Lei nº 8.958 de 1994.
1190 Essa Lei, no seu parágrafo terceiro, estabelece: *é vedado o enquadramento no conceito de*
1191 *desenvolvimento institucional, quando financiadas com recursos repassados pelas IFEs e demais*
1192 *CDs às Fundações de Apoio de atividades com manutenção predial ou infra-estrutural,*
1193 *conservação, limpeza, vigilância ou reparos.* Enfim, ela faz algumas ressalvas que não poderiam
1194 constar nos convênios entre as Instituições Federais de Ensino Superior e as fundações. Então a
1195 idéia era que essa padronização de normas que estava sob exame do Conselho contemplasse
1196 também a previsão de atividades vedadas, com repasses das instituições. Nesse sentido fizeram
1197 um parecer escrito e naquela sessão o conselheiro Frederico lhe chamou a atenção para o fato de
1198 que entre as vedações estabelecidas nesta Lei Federal, estava justamente o custeio de atividades
1199 como manutenção predial ou infra-estrutural. Entretanto, nas normas que estavam analisando
1200 havia previsão no artigo quinto de que para os fins de que dispõe essa Resolução Normativa
1201 entende-se por desenvolvimento institucional científico e tecnológico os programas projetos,
1202 ações e atividades inclusive de natureza infra-estrutural. Quer dizer, salvo melhor juízo, a
1203 proposta que estavam analisando previa a possibilidade de que os convênios entre a Universidade
1204 e as Fundações servissem ao custeio de atividades de natureza infra-estrutural, o que seria e é
1205 vedado por essa Lei Federal 8.958. Estavam fazendo as propostas se o conselheiro Frederico e a
1206 conselheira Ediane também estivessem de acordo, aditavam verbalmente a proposta de parecer
1207 da CLN de supressão dessas Normas a possibilidade de custeio dessas atividades de natureza
1208 infra-estrutural, que estavam no artigo quinto do documento que estavam analisando, porque a
1209 Legislação Federal, salvo melhor juízo, proibia. No mais, a proposta era pela aprovação da
1210 proposta. Sem manifestações, foi colocado em votação a regularização, que foi aprovada por
1211 unanimidade. **Item 6 - Processo nº 23110.004490/2005-94 – Comissão Própria de Avaliação –**
1212 **Alteração no Regimento da CPA.** O conselheiro Alexandre Gastal relatou que já havia sido
1213 emitido em 2010 parecer com aprovação sugerindo que no item histórico fossem atualizados os
1214 números da Univesidade, que estavam desatualizados n o documento. Sem manifestações, foi

Lee



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 03/2012 – FLS. 24 de 31

1215 colocado em votação a regularização, que foi aprovada por unanimidade. **Item 7 - Processo nº**
1216 23110.000764/2008-19 – do Centro de Pesquisas Amilcar Gigante – Proposta preliminar de
1217 Regimento Interno para o Centro de Pesquisa em Saúde Dr. Amilcar Gigante. O relator disse que
1218 a proposta estava em consonância com a legislação com adendo que o artigo sexto, inciso I
1219 deveria constar que o Diretor deve ser escolha do Reitor. O senhor presidente esclareceu que os
1220 órgãos suplementares são administrados por livre escolha do Reitor. Sugeriu encaminhar o
1221 processo ao Centro, para que pensassem formas de sanar esta questão. O conselheiro Paulo
1222 Kuschier propôs encaminhar primeiro ao Centro, para depois votar na próxima reunião.
1223 Aprovada a sugestão por unanimidade. **Item 9 - Processo nº 23110.004796/2011-99 – do PPG**
1224 em Alimentos Funcionais – Criação do Programa de Pós-Graduação em Alimentos Funcionais
1225 em nível de Mestrado. O relator solicitou a retirada de pauta do processo, por não estar em
1226 consonância com os argumentos da CAPES. Aprovada a solicitação. **Item 10- Processo nº**
1227 23110.004900/2011-45 – do PPG em Recursos Hídricos – Proposta de criação de Programas de
1228 Pós-Graduação em Recursos Hídricos em nível de Mestrado. Aprovado por unanimidade. **Item**
1229 **11 - Processo nº 23110.004532/2011-35 – do PPG em Entomologia – Proposta de criação de**
1230 Programas de Pós-Graduação em Entomologia em nível de Mestrado e Doutorado. O relator
1231 explicou que apenas o Mestrado havia sido aprovado. Colocado em votação, foi aprovada a
1232 solicitação de criação do Mestrado em Entomologia. **Item 12 - Processo nº 23110.008336/2011-**
1233 30 – da FAT – Processo de desmembramento do Departamento de Administração e Turismo -
1234 DAT. O conselheiro Edar Añaña relatou o assunto. Disse que havia sido aprovado em 2010. Leu
1235 o parecer da Comissão de Legislação e Normas. Disse ainda que após a primeira etapa, a
1236 iniciativa passaria ao COCEPE para definição. A conselheira Luciane Kantorski disse que
1237 apesar de ser uma demanda, a aprovação estava baseada no desejo da Unidade e este assunto
1238 deveria ser retirado de pauta para análise mais trabalhada. A conselheira Lucia Helena fez suas
1239 palavras da conselheira Luciane e disse que deveriam acatar a solicitação de retirada de pauta. O
1240 conselheiro Paulo Borges falou que a legitimidade estava na Unidade. Esta é autônoma para
1241 deliberar o que é melhor. Este assunto cabe à Unidade que sabe o que é melhor para o andamento
1242 e sendo bom para ela, é bom para a Universidade. O Conselho não pode ser um impedidor de
1243 processos legítimos. O conselheiro Alexandre Gastal disse que concordava no mérito, mas havia
1244 um problema intransponível de competência. Já foi aprovado pela Unidade e esta iniciativa deve
1245 ser dirigida ao Órgão competente que é o COCEPE. O conselheiro Ernani Ávila disse que
1246 estavam analisando um assunto que tem duas frentes: 1º - iniciativa da Unidade e 2º - diz respeito
1247 à análise do mérito e falece a este Conselho. A matéria estava superada. O conselheiro Edar
1248 concordou, mas sugeriu referendar a posição do Reitor. O conselheiro Alvaro Ayala perguntou
1249 se havia necessidade de referendar o encaminhamento do Reitor. Este respondeu que havia um
1250 erro de encaminhamento e o processo deveria retornar ao COCEPE. **Item 13 - Processo nº**
1251 23110.008030/2012-62 – Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – Homologar “ad
1252 referendum” do Presidente do CONSUN. O conselheiro Alexandre Gastal leu o parecer da
1253 Comissão de Legislação e Normas. O conselheiro Paulo Kuschier disse que a CLN aprovou a
1254 iniciativa e o relatório, porém as alterações não podem ser aprovadas, primeiro devem fazer as
1255 adequações. O senhor presidente sugeriu que fosse aprovado o parecer da CLN e o processo
1256 retornasse para adequação dos itens apontados no texto. O conselheiro Manoel Maia disse que
1257 não poderiam ficar sem o PDI. O que estava na pauta era a homologação do “ad referendum”. O
1258 senhor presidente explicou que a liberação de recursos é baseada no PDI. A cada ano pode ser
1259 alterado, por ser um projeto. Conselheiro Ernani Ávila disse que concordava com a proposta do
1260 conselheiro Paulo e lembrou que a nova administração poderia analisar e refazer o trabalho. A
1261 conselheira Márcia Buchweitz disse que havia lido o documento e percebido incorreções quanto
1262 aos dados da Faculdade de Nutrição. Relatou que teria material digitalizado em CD e poderia
1263 encaminhar para atualização no documento principal. O senhor presidente retirou o assunto de
1264 pauta, para maiores considerações. **Item 16 - Processo nº 23110.000347/2012-52 – do Centro de**
1265 Gerenciamento de Informações e Concursos – CGIC – Encaminhamento para apreciação do
1266 documento - Plano diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) da Universidade Federal de
1267 Pelotas. (Homologar “ad referendum” do Senhor Presidente do CONSUN). O senhor presidente



1268 encaminhou o processo à Comissão de Legislação e Normas. **Item 17 - Processo nº**
1269 **23110.006724/2011-86 – da PRAE – Análise de Regulamentação do Alojamento Estudantil –**
1270 **Casa do Estudante. (Homologar “ad referendum” do Senhor Presidente do CONSUN).** O senhor
1271 presidente disse que gostaria que relatar que esse documento havia sido encaminhado pela Pró-
1272 Reitora de Assuntos Estudantis, houve parecer jurídico e havia sido aprovado “ad referendum”.
1273 Deixou a palavra a disposição dos conselheiros. A conselheira Suéllen Cortes se manifestou
1274 dizendo ser moradora da Casa de Estudantes e queria lembrar que durante o ano esse Regimento
1275 havia causado vários incômodos, o que levou os alunos a várias reuniões na Reitoria e Pró-
1276 Reitoria e não havia resposta aos moradores da Casa de Estudantes. Disse que haviam marcado
1277 reunião com o Reitor no mês de março, onde foram tirados alguns encaminhamentos de
1278 mudanças na Casa de Estudante e haviam dois pontos dentro desse Regimento que foi a razão de
1279 um incômodo profundo dentro da Casa. Disse que haviam feito contato com a PRAE várias
1280 vezes, fizeram assembléias na Casa e não tiraram esta aprovação. Sabia que havia que ter um
1281 parecer necessário, por conta de uma avaliação jurídica, mas o parecer da Procuradoria Jurídica
1282 ia de encontro ao que entendia ser feito. Com relação ao item referente à limitação do horário de
1283 visitas e a limitação do número de noites que o aluno poderia dormir fora da Casa de Estudante.
1284 Disse que 2009 foi um ano muito conturbado para a Casa de Estudantes e algumas medidas
1285 foram tomadas, com apoio estudantil, naquele momento, que era da AMC (Associação dos
1286 Moradores da Casa), para que houvesse uma regulamentação na Casa de Estudantes. Só que
1287 acreditavam que aquelas medidas eram paliativas, que elas valiam apenas para aquele momento,
1288 mas na verdade as medidas foram tomadas na Reitoria com o apoio estudantil dos moradores na
1289 época, para limitar os alunos “fantasmas” e os moradores irregulares. O número de pessoas que
1290 não eram nem alunos da Universidade que viviam na Casa do Estudante. Atualmente a proposta
1291 inicial, como moradores, e em assembléia, foi tirada e procurado o Reitor, era que os moradores
1292 “fantasmas” eram os alunos que pediam vaga na casa e não moravam nela e por isso foi feita esta
1293 limitação das noites, porque não foi uma coisa nada ética, de em uma semana, além dos finais de
1294 semana, duas noites no máximo. Conversaram muito na PRAE, dizendo que isto era
1295 inconstitucional e eles não poderiam ser limitados, e foi informado que era uma necessidade de
1296 não permitir mais que as pessoas tivessem aquela vaga e não cumprissem, mas as coisas
1297 mudaram na Casa. Os moradores daquele ano de 2009 já não são mais os mesmos. Disse que
1298 entrou para a casa em 2009 e passou por este processo. Disse que haviam feito um pedido de que
1299 o Regimento da Casa dos Estudantes fosse baseado nas outras Universidades Federais do Rio
1300 Grande do Sul. Utilizaram como base o Regimento da UFSM e da UFRGS. Disse que nesse
1301 Regimentos, o que eles colocam é que os visitantes podem permanecer após as onze horas e não
1302 há limite de visitas, com a exceção de que o visitante for permanecer mais alguns dias, deve ter a
1303 permissão da Direção da Casa que é nomeada pela PRAE, para que não hajam moradores
1304 irregulares. Na UFRGS a limitação é de dois dias seguidos, de visitas e se esse prazo for se
1305 estender, isso com autorização dos moradores do quarto, fosse consultada, no caso, a direção da
1306 Casa e os alunos concordaram com isso, pois queriam esta alteração. Ao longo do ano nas
1307 reuniões que solicitaram com o Reitor foram exatamente para pedir essa alteração e gostaria que
1308 esse Regimento fosse enviado à CLN, levando em conta como base os Regimentos das outras
1309 Universidades Federais. O senhor presidente fez uma proposta para ver se facilitava o assunto.
1310 Disse que não estava a par dessas questões, estranhas que estavam sendo trazidas. Nunca havia
1311 ouvido falar nem nas reuniões que tiveram. Ninguém falou nesse assunto, e sim outros mais
1312 complicados. De qualquer forma propôs e gostaria que os representantes discentes trouxessem,
1313 encaminhassem a proposta do Regimento já pronta e encaminhariam imediatamente à CLN, que
1314 seria trazido finalmente ao Conselho o mais rápido possível. Pediu que não demorassem tanto
1315 quanto haviam demorado para encaminhar a proposta que estava sendo apresentada naquela
1316 reunião. Propôs ao Conselho que fosse ignorado este texto inicial, que os representantes da Casa
1317 se reunissem, redigissem o texto e tragam imediatamente ao Conselho esta proposta. A
1318 conselheira Suéllen, para encerrar, comunicou que até o final do ano anterior, havia o grupo da
1319 AMC, que limitava a participação dos moradores. Essa Associação foi desfeita em março de
1320 2012 e a participação dos alunos moradores da Casa aumentou para 80% nas Assembléias, com

Ces



1321 quorum bem maior que nas anteriores. Disse que o Regimento baseado na UFRGS estava pronto
1322 e poderia ser encaminhado para a CLN. O senhor presidente solicitou que este texto fosse
1323 encaminhado com a assinatura de todos, para que não acontecessem problemas. A seguir o
1324 senhor presidente passou aos dois últimos itens da pauta: **Item 26** – Portaria nº 070, de 16 de
1325 janeiro de 2012 – Criação do Curso Superior de Tecnologia em Agricultura Familiar e
1326 Sustentabilidade da UFPel – Com Sede no Campus Fora de Sede de Eldorado do Sul. –
1327 Homologar “ad referendum” do Presidente do CONSUN. e **Item 27** – Portaria nº 069, de 16 de
1328 janeiro de 2012 – Criação do Curso Superior de Tecnologia em Biotecnologia Agrícola da UFPel
1329 – Com Sede no Campus Fora de Sede de Eldorado do Sul. – Homologar “ad referendum” do
1330 Presidente do CONSUN. O senhor presidente disse que estes dois itens poderiam ser analisados
1331 em conjunto, por serem propostas de cursos a serem desenvolvidos em Eldorado do Sul e
1332 gostaria de destacar que o Governador Tarso Genro estava procedendo a doação de quarenta
1333 hectares em Eldorado do Sul, para instalação de um Campus da UFPel. Disse ser importante da
1334 mesma forma que já havia sido aprovada anteriormente o Campus de Pinheiro Machado e para a
1335 Universidade a localização desse Campus era fundamental, pela importância do ponto de vista
1336 tecnológico das Empresas, ?????? e outras grandes empresas ao redor desse Campus, e o apoio
1337 também de todos os municípios daquela região que trabalham em alta tecnologia. Portanto, essa
1338 matéria já havia sido apreciada pela Pró-Reitoria de Graduação e estavam trazendo ao Conselho
1339 apenas para exame e aprovação pelo Conselho Universitário. Existindo isso, já tem alunos em
1340 alguns cursos em Eldorado e da mesma forma já participaram do ENEN e estavam na listagem
1341 do ENEN desse ano, mas teriam que aprovar ou não a criação desses cursos. A conselheira
1342 Ediene Acunha solicitou que fossem encaminhados os processos à CLN, ao que o senhor
1343 presidente acatou e colocou em votação, o que foi aprovado pelo Conselho. A seguir passou ao
1344 **Item 28** – Processo nº 23110.001038/2007-32 da CIS: Programa de Avaliação de Desempenho
1345 dos Servidores Técnico-Administrativos e Ocupantes de Funções Gratificadas e Cargos
1346 Comissionados – Homologar “ad referendum” do Presidente do CONSUN. O conselheiro Paulo
1347 Kuschier solicitou fazer um esclarecimento sobre o assunto. Disse que esse processo já havia
1348 passado pela CLN, pois é um processo muito antigo, foi aprovado “ad referendum”. Foi um
1349 processo construído com a participação dos servidores Técnico-Administrativos dessa
1350 Universidade em uma construção conjunta entre Administração e os servidores da Universidade.
1351 Os técnicos recomendaram que esse processo fosse aprovado. O senhor presidente
1352 complementou dizendo que foi um processo transparente e democraticamente sanado, apesar do
1353 Reitor. Colocou em discussão o processo. Foi solicitado que o parecer da CLN fosse lido, o que
1354 foi feito pelo conselheiro Alexandre Gastal, que salientou que estava assinado apenas por ele e
1355 não pelos demais membros que compunham a Comissão àquela época. Leu o parecer de 15 de
1356 dezembro de 2011: “Primeiramente registro que essa comissão de Legislação e Normas, em 10
1357 de março de 2010 já aprovou a Minuta do Programa de Avaliação e de Desempenho dos
1358 Servidores Técnico-Administrativos em Educação da UFPel. Todavia os autos retornaram à
1359 CLN, pressupondo esta presidência que hajam retornado para tratar de verificar se a adequação
1360 da Minuta a deliberação adotada pelo CONSUN em reunião de 30 de dezembro de 2008 a qual
1361 restou aprovado o parecer da conselheira Luciane Kantorski. Tendo vindo aos autos a ata da
1362 referida reunião de 30 de dezembro de 2008 e cotejando os termos da decisão de acatamento do
1363 parecer da conselheira Luciane, com os termos da Minuta do Programa, foi possível constatar
1364 que salvo melhor juízo a redação da Minuta não contempla de forma plena a decisão do
1365 CONSUN. Isso, porque a pura e simples supressão do artigo onze da redação original da Minuta,
1366 artigo que tratava da avaliação dos Diretores de Unidades Acadêmicas ou Departamentos
1367 Administrativos ou Pró-Reitores não é suficiente para atender nem as observações constantes no
1368 parecer do Procurador Federal (pags. 18 a 22), nem a decisão do CONSUN de 30 de dezembro
1369 de 2008. Ocorre que suprimido o artigo onze, regra específica ao procedimento de avaliação de
1370 desempenho dos referidos dirigentes, avaliação de seus desempenhos far-se-á com base nas
1371 regras gerais do programa ou seja, mediante um sistema em que se estabelecerá a avaliação do
1372 dirigente por servidores a eles subordinados. Veja-se que a “Unidade de Avaliação” tem uma
1373 “Coordenação Setorial de Avaliação” composta pelo dirigente máximo da Unidade e por dois

CLN



1374 servidores técnico-administrativos. Assim também dá-se com cada grupo avaliativo que terá
1375 subcomissões de avaliação compostas pelo dirigente de maior hierarquia e dois servidores
1376 técnico-administrativos. Da mesma forma ainda o artigo vinte parágrafo único, ao estabelecer
1377 que a avaliação dos ocupantes de cargos de Diretor de Unidade ou Pró-Reitor contará com as
1378 avaliações das chefias imediatamente anteriores também contraria a meu juízo as disposições
1379 adotadas pelo CIONSUN na dita reunião de 30 de dezembro de 2008. Por meio da ata da referida
1380 reunião, nas linhas cento e trinta e nove a cento e cinquenta e três, de sua folha três, consigna a
1381 conselheira Luciane Kantorski “A conselheira manifestou-se dizendo que o parecer foi resultante
1382 de reunião dos docentes com sua associação, pois o que gerou a polêmica era o fato de que nunca
1383 haviam discutido essa questão da avaliação, estando em cargos de Direção. O Professor Cassal
1384 fez uma consulta ao setor jurídico da ADUFPEL e entendendo que apesar de não existir
1385 legalidade também não houve dentro da categoria qualquer acúmulo de discussão que pudesse
1386 submetê-los estando na ocupação de um cargo a novo processo de avaliação, pois já existem
1387 instâncias muito claras de avaliação desta Universidade. A eles parecia razoável que o Conselho
1388 apreciasse a retirada desses itens de dentro do programa de avaliação que foi a sua única restrição
1389 quanto à avaliação de um docente em cargo de Direção por um subordinado parecer jurídico.”
1390 Tendo sido este o teor da manifestação da conselheira na dita reunião e tendo sido aprovado o
1391 parecer que apresentara, folha 75 destes autos, cumpre que as alterações na Minuta dessem-se no
1392 sentido de afastar as previsões que conduzam à avaliação de dirigentes de Unidades e Pró-
1393 Reitores, por servidores técnico-administrativos que lhe sejam hierarquicamente subordinados. O
1394 que significa é que ainda que tenha havido a supressão do artigo onze, a minuta segue
1395 contemplando uma série de dispositivos que também correm isto que aos olhos do CONSUN foi
1396 reconhecido como equívoco. Faço oportuno os dois últimos registros. A presente avaliação não
1397 importa nenhum juízo de valor quanto à conveniência ou inconveniência de tal avaliação por
1398 alguém subordinado hierarquicamente, uma vez que não cabe à CLN considerações da proposta
1399 quanto à conveniência ou oportunidade. É este parecer apenas procura aferir a compatibilidade
1400 entre o texto da Minuta e o que restou decidido pelo Conselho Universitário a respeito. Ainda
1401 que não veia ser acatadas as observações constantes nesse parecer, de qualquer forma vale
1402 apontar a necessidade de que os artigos seguintes ao décimo sejam renumerados, uma vez que
1403 com a pura e simples eliminação do artigo onze, o texto da Minuta pula do artigo décimo ao
1404 décimo segundo o que não é de boa técnica. É o parecer. O senhor presidente deixou a palavra
1405 com os conselheiros. O conselheiro Paulo Kuschier falou que tendo em vista o parecer, havia
1406 entrado em acordo com os demais técnicos de que havia necessidade que a comissão que havia
1407 elaborado o documento revisse o texto e trouxesse em outro momento. Sugeriu retirar de pauta,
1408 encaminhar à comissão que talvez devesse ser renomeada para revisar o documento. O
1409 conselheiro Paulo pediu um prazo para o trabalho, ao que o senhor presidente indicou uma
1410 semana de prazo. Sugeriu ainda que o conselheiro Paulo se encarregasse de sugerir ao Reitor o
1411 nome dos representantes da comissão e ele passaria à Pró-Reitoria de Gestão de Recursos
1412 Humanos. Passou de pronto ao **Item 21 – Curso de Zootecnia incorporado pela Faculdade de**
1413 **Agronomia Eliseu Maciel**. O senhor presidente falou que houve a manifestação de todos os
1414 docentes e alunos do curso que solicitaram que, como já existe um Departamento de Zootecnia e
1415 para evitar duplicidade de nome, estavam propondo a troca do nome do Departamento de
1416 Zootecnia da FAEM para Departamento de Produção e Tecnologia Animal, ao mesmo tempo em
1417 que o curso passaria a ser vinculado à Faculdade. Solicitou ao Diretor da FAEM que se
1418 manifestasse a respeito, mas primeiro lembrou que, seguindo o Regimento da Universidade, o
1419 assunto de desmembramento ou renomeação de Departamento é matéria para ser analisada pelo
1420 COCEPE. A incorporação de cursos também cabem análise do COCEPE. A seu julgamento
1421 competia ao COCEPE analisar e não a CLN que não tem nenhum Regulamento e nenhuma
1422 Norma a ser analisada. O conselheiro Alexandre Gastal falou que assim como a questão do
1423 desmembramento do Departamento de Administração e Turismo havia sido encaminhado ao
1424 COCEPE, o mesmo deveria ser feito com este assunto. O conselheiro Ledemar Vahl disse que
1425 não tinha nada a opor, apenas esclarecer que o Curso de Zootecnia havia sido criado dentro da
1426 Faculdade de Agronomia, aprovado dentro do Conselho Departamental da Faculdade de

Caer



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELotas
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 03/2012 – FLS. 28 de 31

1427 Agronomia, estava funcionando e apenas tinha se afastado por um tempo, mas estava retornando.
1428 Para adequar a questão do Curso de Zootecnia e não ficar coincidindo com o nome de um
1429 Departamento, estariam alterando o nome do Departamento não alterando a estrutura do Curso,
1430 do Departamento e nem a Faculdade. Teriam dentro da Faculdade o Curso de Agronomia, o
1431 Curso de zootecnia e o Departamento de Zootecnia passaria a se chamar Departamento de
1432 Produção e Tecnologia Animal, apenas para compatibilizar isto. Particularmente não via
1433 necessidade de analisar a questão legal, pois era apenas um ajuste para o curso ser regularizado.
1434 O conselheiro Thomaz lembrou que havia sido apresentado pela Faculdade de Veterinária uma
1435 solicitação do Conselho Departamental de incorporar o Curso de Zootecnia e não ficou resolvido
1436 o assunto, pois a conselheira Gladis havia pedido vistas ao processo e não houve conclusão do
1437 assunto. A conselheira Gladis respondeu que retornou seu parecer tão logo havia recebido o
1438 processo, mas o assunto não retornou ao Conselho. O senhor presidente falou que o caso estava
1439 definido; o assunto seria encaminhado ao COCEPE, que reuniria os interessados, faria reuniões
1440 com as partes e decidiria em nível daquele Conselho. O senhor presidente encaminhou o próximo
1441 item que havia sido solicitada sua inclusão que era a apresentação do Regimento do Centro de
1442 Pesquisas e Previsões Meteorológicas. Havia o parecer da CLN, favorável sem nenhuma
1443 restrição com relação à proposta encaminhada pela Faculdade de Meteorologia. Foi totalmente
1444 aprovado pela CLN. O conselheiro Jonas Carvalho, Diretor da Faculdade de Meteorologia falou
1445 que não sabia se poderia ser encaminhado naquela reunião ou em outra oportunidade, a
1446 solicitação encaminhada pela Faculdade de Meteorologia sobre a atribuição ao nome do Centro
1447 de Pesquisas e Previsões Meteorológicas, o nome do Professor Darci Pegoraro Casarin que foi o
1448 Coordenador do Projeto que criou o Radar Meteorológico, foi Diretor da Meteorologia por
1449 alguns anos e foi Chefe do Centro também por alguns anos. O Professor Casarin faleceu em
1450 2009, com cinquenta e cinco anos, e seria o desejo de homenageá-lo. O senhor presidente
1451 respondeu que sem problemas algum, se todos os conselheiros concordassem nada mais justo do
1452 que homenagear a memória do Professor Casarin. Sem manifestações ou considerações, colocou
1453 em votação a proposta do Diretor que foi aprovada juntamente com o nome do Professor Casarin
1454 vinculado ao Centro de Pesquisas e Previsões Meteorológicas. Aprovada por unanimidade. A
1455 seguir falou da existência de um recurso de revalidação de diploma, encaminhado pela senhora
1456 Maria Aparecida Mazzili, que teve negado o provimento do seu parecer pela Comissão de
1457 Legislação e Normas e trazia o processo ao Conselho e pediu para que o Professor Manoel Maia
1458 ou o presidente da CLN pudessem rapidamente fazer algumas considerações a respeito que
1459 julgassem conveniente. O conselheiro Alexandre Gastal disse que o processo tratava de recurso
1460 contra o parecer do COCEPE ao fundamento de que a tese não possuía méritos suficientes. O
1461 recurso tem eteio basicamente em dois argumentos: o primeiro é o argumento de que no processo
1462 de revalidação teria havido uma extrapolação dos prazos estabelecidos, tanto em relação ao prazo
1463 que o COCEPE fixara para que a Comissão de Avaliação emitisse seu parecer o prazo de
1464 quarenta e cinco dias e a Comissão se pronunciara duzentos e sessenta dias depois, quando no
1465 que respeito o prazo de seis meses fixados por uma Resolução do Conselho Nacional de
1466 Educação de 2001, prazo em que deveria estar absolutamente concluído o processo de análise de
1467 revalidação o que somente aconteceu um ano depois do pedido ter sido formulado. Em segundo
1468 argumento do recurso é de que a Comissão de Avaliação teria incorrido em equívocos no que
1469 respeita as razões de mérito o que levaram à não revalidação da tese de Doutorado. Alega ainda a
1470 recorrente que sofreu danos morais e materiais em função da negativa de revalidação do título,
1471 uma vez que pelos termos do parecer da Comissão a requerente estaria sofrendo constrangimento
1472 no âmbito familiar, social e acadêmico e o recurso termina com os pedidos de que em função do
1473 descumprimento sistemático dos prazos seja declarada a nulidade do parecer da Comissão de
1474 Avaliação e da decisão do COCEPE, que o homologou e conseqüentemente, o segundo pedido
1475 que seja aprovado o pedido de revalidação por decurso de prazo. Primeiramente vale registrar
1476 que como a própria recorrente afirma na folha seis, o Conselho Universitário somente tem
1477 competência de apreciar recurso de decisão do COCEPE no que pertine a questões de legalidade.
1478 Assim, que de pronto impõem-se afastar a possibilidade de que o Conselho Universitário invada
1479 o exame das questões de mérito a fim de reexaminar as razões que levaram o COCEPE à

Ceu



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELotas
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 03/2012 – FLS. 29 de 31

1480 conclusão de que a tese não tinha condições de revalidação. De outra parte, não tem razão a
1481 recorrente, quando pretende que o descumprimento de prazos deva conduzir à invalidação do
1482 parecer e da decisão recorrida, ainda que tenha existido desrespeito aos prazos para análise do
1483 pedido, isso não implica invalidação da decisão que concluiu pela não revalidação do diploma de
1484 Doutor. De vez que a ultrapassagem do prazo nenhum prejuízo trouxe à inteireza das razões que
1485 levaram a Comissão a concluir pelo indeferimento do pedido. Não tem sentido nenhum a tese da
1486 recorrente de que a ultrapassagem do prazo pudesse conduzir a uma absurda revalidação do título
1487 por decurso de prazo. Mal comparando, isso equivaleria ter como razoável a tese de que em todo
1488 o processo judicial que demorasse demais devesse o juiz julgar procedente o pedido do autor. Por
1489 essas razões a CLN opina no sentido de que se negue o provimento ao recurso no que respeita o
1490 requerimento de nulidade por violação do prazo e se negue conhecimento ao recurso no que toca
1491 à pretendida reapreciação das razões de mérito para o que falece competência a este Conselho
1492 Universitário. É o parecer. Nesse momento, o conselheiro Ernani Ávila perguntou onde a
1493 requerente havia cursado o Doutorado, que foi respondido que o curso foi a distância na
1494 Universidade de Madrid. O conselheiro Ernani perguntou ainda em que Unidade a revalidação
1495 havia sido requerida, o que foi respondido que na Faculdade de Educação. O conselheiro Ernani
1496 disse que a Lei 9394 de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases fixa determinados parâmetros para a
1497 revalidação, entre eles o principal cuidado no primeiro momento é se o Brasil firma tratados com
1498 países e a partir do momento que firmar tratados a dúvida sobre a credibilidade do título obtido
1499 fora a ele parecia que ficava espancado, que ficava marginalizado. Aí, no problema de
1500 reconhecer se invade o mérito pelo indeferimento daqui contra o que disciplina o tratado. Então,
1501 se é matéria de cunho eminentemente legal, claro que não duvidando, mas quem sabe, por
1502 cautela, talvez a Procuradoria Jurídica Federal ou a PSF que mergulhasse no mérito, porque de
1503 repente tem um problema sério: se decidíssemos o mérito, desacolhendo o pedido, esta pessoa
1504 ficará punida por um determinado tempo no país de poder requerer uma provável e segunda
1505 revalidação. Isso é dispositivo legal. Tanto por isso que a recorrente se refere à ação de
1506 perdimento por danos ou coisas do gênero, pelo reflexo que tem. Em função do que o conselheiro
1507 Ernani falou, o senhor presidente sugeriu, por precaução, para que a Universidade ficasse
1508 devidamente protegida, que fosse encaminhado um questionamento à AGU e depois retorne ao
1509 Conselho para exame. Teríamos de tomar cuidado para não assumir esse ônus. Aprovada a
1510 sugestão. A seguir, disse que antes de encerrar queria fazer um comentário sobre o item da pauta
1511 que tratava da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, sobre o qual já haviam conversado
1512 no Conselho e tinha ficado acordado de que haveria uma discussão na comunidade na qual a
1513 Professora Luciane Kantorski fez considerações sobre algumas reuniões que seriam
1514 desenvolvidas no âmbito da Universidade. Posteriormente em conversa com o Secretário de
1515 Educação do MEC, Secretário Executivo, estava representando o Ministro naquele momento,
1516 explicara a ele o interesse do Professor Mauro Del Pino de fazer uma ampla discussão sobre esse
1517 assunto, com a participação dos Diretores da EBSEH. Houve, naquele momento,
1518 imediatamente o Secretário ligou para o Diretor da Empresa e nós acordamos que seria realizada
1519 na data que fosse adequada para o Ministério de Educação, uma vez que para o Ministro não é a
1520 Universidade quem marca a vinda dos seus técnicos. Recebera a comunicação havia poucos dias
1521 de que eles estarão em Rio Grande no dia 30 e em Pelotas também. Portanto, teremos uma
1522 reunião, que iria em seguida entregar as convocações do Conselho Universitário aos
1523 conselheiros, sobre esta reunião, onde os Diretores da Empresa Brasileira de Serviços
1524 Hospitalares estarão aqui para conversar com todos sobre esse importante tema. Disse que havia
1525 comunicado ao Ministério e repassado à EBSEH o e-mail que havia recebido do Professor
1526 Mauro Del Pino, onde ele havia solicitado que fosse feita uma ampla discussão na comunidade e
1527 não apenas ao nível do Conselho Universitário, mas também aberto a todos inclusive com a
1528 possibilidade da rede de internet da Web. Isso foi encaminhado também à Direção da Empresa,
1529 onde até o presente o posicionamento do MEC foi que a discussão deve ser feita exclusivamente
1530 no Conselho Universitário, com os Diretores, mas era claro que com a presença do Professor
1531 Mauro Del Pino, como convidado nosso, participando da reunião do Conselho e os Diretores.
1532 Então a convocação do Conselho Universitário estava pronta e seria entregue aos conselheiros,

Renan



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 03/2012 – FLS. 30 de 31

1533 com data de 30 de outubro, com a presença dos Diretores do Ministério da Educação sobre este
1534 tema. Se eles iriam participar de alguma outra reunião, ficaria a critério deles em conversa com
1535 as pessoas interessadas depois da reunião ou durante. Isso poderia ser levado a eles. De qualquer
1536 forma, a última informação que obtivera há dois dias era que eles só fariam a reunião com o
1537 Conselho Universitário. Iria encaminhar essa convocação da mesma forma que queria pedir ajuda
1538 de todos os conselheiros para que fosse analisada a ata em que foi eleita a lista tríplice, ata que
1539 seria distribuída a todos para que levassem e pudessem trazer com as modificações sugeridas.
1540 Solicitou que essas alterações fossem encaminhadas por e-mail ou na própria reunião do dia
1541 trinta, para que não houvesse retardo no encaminhamento da documentação da lista tríplice ao
1542 MEC. Disse ainda que tomaria o cuidado de entregar ao Professor Mauro Del Pino, às treze
1543 horas, uma cópia da ata para que ele examinasse. O fazia por uma questão de educação e de ética
1544 que estaria procedendo dessa forma, que acreditava ser o correto. Convocou os Pró-Reitores
1545 para reunião como Professor Mauro às treze horas na Reitoria. Também queria dizer que um
1546 assunto de grande relevância que sempre tem sido abordado por muitas universidades e a nossa
1547 pelo atropelo, pelo excesso de ações, sobretudo, pelo grande número de cursos de extensão o que
1548 tivemos, não conseguimos analisar a questão das cotas sociais, cotas raciais e assim por diante.
1549 Isso foi objeto de condicionamento por parte da imprensa local, que nem sempre coloca
1550 adequadamente o que nós explicamos e as vezes nem sempre o repórter entende ou nós não
1551 explicamos muito bem e isso criou uma certa confusão com algumas pessoas, sobretudo com
1552 pessoas que fazem parte do Conselho Municipal para Participação e Desenvolvimento da
1553 Comunidade Negra de Pelotas. Recebemos o pedido para algumas reuniões. O Pró-Reitor de
1554 Graduação já esteve reunido com eles e também convidado por outros segmentos do Movimento
1555 Negro, então hoje combinamos pela manhã, de que haverá um seminário para tratar a questão das
1556 cotas e vamos convidar por nossa parte e obviamente pediríamos a sugestão de todos para o
1557 nome de outros convidados, mas estaremos convidando pessoas que tenham experiência nesse
1558 campo como a Pró-Reitora de Graduação da UFRGS, pois a Universidade Federal do Rio Grande
1559 do Sul tem uma experiência bem desenvolvida na função das cotas, e também a participação de
1560 outras pessoas envolvidas nisso. De qualquer modo queria fazer uma iniciativa da Reitoria com
1561 uma reunião sobre esse tema, um seminário no dia treze de novembro, inicialmente previsto para
1562 essa data. Anunciaria depois o local onde seria feito, mas provavelmente seria o anfiteatro São
1563 José, mas dependia de alguns ajustes de local. Esta era uma promoção importante e gostaria que
1564 tivesse a participação de todos. Claro que não eliminava e muito menos impedia e seria muito
1565 bom que outras áreas da Universidade também discutissem o tema e que levassem e
1566 participassem amplamente depois de outras reuniões. Esse assunto certamente seria trazido
1567 posteriormente à consideração dos Conselhos Superiores da Universidade, uma vez que o
1568 número, ou pelo menos a percentagem das vagas que terão de ser definidas pelo ENEN SESu,
1569 que vai depender muito das condições desses segmentos todos. Imaginava que era nessa direção
1570 que o conselheiro Lawrence queria falar alguma coisa, mas quis adiantar o que já havia adiantado
1571 com o Conselho Municipal para a participação da Comunidade Negra. Estava marcada a reunião
1572 e era obvio que quantas mais reuniões fossem marcadas, melhor. O conselheiro Lawrence disse
1573 que gostaria de elogiar, talvez pela segunda vez, o Professor Cesar Borges, pela iniciativa da
1574 Administração Central em realizar o debate na comunidade universitária a cerca desse tema. O
1575 artigo décimo do decreto da Presidência da República diz que tínhamos trinta dias para nos
1576 adequarmos à Lei prevista das cotas nas Universidades Federais, o que significa que teríamos de
1577 fechar esse tema ainda na primeira quinzena de novembro e acreditava que a satã de três de
1578 novembro fosse adequada para realizar esse debate. Disse que gostaria de adiantar que, se já
1579 estava encaminhada essa comissão, se seria possível o acréscimo da representação discente na
1580 comissão de organização do seminário e desde aquele momento indicar também a participação da
1581 Comissão de Ações Afirmativas da UFSM a Professora Jana Saldanha da Faculdade de Direito
1582 que presidia a Comissão que trata de todas as questões legais a este respeito. A conselheira
1583 Luciane convidou para reunião no dia 30 de outubro às dezenove horas, no auditório do IFSul, as
1584 Associações estariam promovendo debate sobre a EBSERH, com a presença da Professora da
1585 Universidade Federal Fluminense e um representante da FASUBRA. A conselheira Daniele

Cesar



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 03/2012 – FLS. 31 de 31

1586 Lumertz também convidou para debate no Clube Social Fica Aí, juntamente com o Movimento
1587 Negro, e estavam todos convidados para acompanhar o debate com a comunidade. Sem mais, o
1588 senhor presidente deu por encerrada a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos, do que
1589 para constar, eu Roseméri Roseméri Gomes Gonçalves, Secretária dos Conselhos
1590 Superiores, lavrei a presente Ata que, depois de aprovada, foi igualmente assinada pelo senhor
1591 presidente.

Antônio Cesar